Processo SEI: 1020.2022/0022110-9
Interessado: Marco Giovane Barreto.
O processo de número **22772-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 tendo em vista que os lotes pretendidos não atendem às dimensões mínimas previstas no artigo 41 da Lei 16.402/16.
Processo SEI: 1020.2022/0016687-6
Interessado: Willy Bassi Vilela.
O processo de número **14440-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 e do inciso II do § 1º do artigo 41 do Decreto nº 57.558/16, tendo em vista que a matrícula apresentada está incompleta (Card 4) e não contém as informações necessárias para a análise do presente.
Processo SEI: 1020.2022/0016745-7
Interessado: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM.
O processo de número **16844-22-SP-DIR** e assunto **Certidão de Diretrizes Urbanísticas** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Certidão de Diretrizes Urbanísticas, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 tendo em vista que os usos classificados na subcategoria INFRA não estão sujeitos à obrigação de destinação de percentual mínimo para áreas públicas conforme o item II do 55º do artigo 45 da Lei 16.402/16, perdendo o pedido inicial o seu objeto, devendo o Interessado protocolar outro processo com o assunto ?Alvará de Desmembramento?.
Processo SEI: 1020.2022/0000099-4
Interessado: ARISTHEU MORAES DE SEIXAS.
O processo de número **9769-21-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 face não atendimento do Comunique-se publicado em 26/10/2022 no prazo.
Processo SEI: 1020.2022/0004298-0
Interessado: Cintia Eimy Tao.
O processo de número **11847-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA, nos termos inciso III do art. 59 da Lei 16.642/17 (não atendimento do comunique-se no prazo legal).
Processo SEI: 1020.2022/0008301-6
Interessado: BRUNA DAS NEVES SILVA.
O processo de número **12359-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso I do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 face não atendimento do Comunique-se publicado em 22/09/2022 no prazo.
Processo SEI: 1020.2022/0023197-0
Interessado: Nelson Della Nina Filho.
O processo de número **23586-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi indeferido.
Ação originária do autodeclaratório.
Processo SEI: 1020.2022/0011989-4
Interessado: Vinicius Alves.
O processo de número **15519-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011, face não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 43 do Decreto nº 57.558/16 (por trata-se de ZEUP o Coeficiente de Aproveitamento ? CA mínimo é de 0,50 e o CA para o lote pretendido 2A é de 0,29 e para o lote 2B é de 0,40, portanto ambos estão abaixo do mínimo exigido no quadro 3A anexo a Lei 16402/16).
Processo SEI: 1020.2022/0017299-0
Interessado: THIAGO PAVAN BARBOSA.
O processo de número **20332-22-SP-CCE** e assunto **Certificado de Conclusão** foi deferido.
DEFIRO o pedido de Certificado de Conclusão nos termos do Decreto 53.289/12, Decreto 54.787/14, Lei 16.642/17 e Decreto 57.776/17.
Processo SEI: 1020.2022/0010007-7
Interessado: carem cristina sibikoski.
O processo de número **14074-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011, face não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 43 do Decreto nº 57.558/16 (Taxa de Ocupação ? t.o e Coeficiente de Aproveitamento ? c.a estão fora do permitido pelo quadro 3 da lei 16.402/16 em relação a situação pretendida no lote B, que extrapola em o c.a. básico e a t.o. bem como o lote C, conforme auto de regularização apresentado, considerando toda a área regular como computável).
Processo SEI: 1020.2022/0004152-6
Interessado: ANTONIO CARLOS SIQUEIRA DE OLIVEIRA.
O processo de número **11253-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011, face não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 43 do Decreto nº 57.558/16 (não se encontrando em condições para desmembramento no que tange a legislação edilícia em relação ao índice urbanístico da C.A, sendo requisito da zona ZM, CA mínimo do quadro 3 de 0,30 de aproveitamento. O lote C não atinge esta situação, bem como as edificações remanescentes para o lote, não atendem também a tabela de dimensionamento mínimo constante no item 5.a.6 do decreto 57.776/17; foram adotados para a análise a descrição dos lotes pretendidos já que o requerente não indica a divisão das edificações no projeto).
Processo SEI: 1020.2022/0010187-1
Interessado: cosme pereira da cruz pereira da cruz.
O processo de número **13072-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011, face não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 43 do Decreto nº 57.558/16 (uma vez que do ponto de vista estritamente da legislação edilícia, a edificação é IRREGULAR, nos termos do art. 73 da Lei Municipal nº 16.642/17 e art. 66 do Decreto Municipal nº 57.776/17, não sendo possível conferir a análise dos parâmetros de conformidade de uso e ocupação do solo, nos termos do art. 129 da Lei Municipal nº 16.402/16).
Processo SEI: 1020.2022/0016698-1
Interessado: Edivaldo Paulino de Morais.
O processo de número **19201-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011, face não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 43 do Decreto nº 57.558/16 (onde não se encontra em condições para desmembramento no que tange a legislação edilícia em relação ao índice urbanístico da C.A que esta fora do permitido pelo quadro 3 da lei 16.402/16 em relação a situação pretendida tanto no lote A quanto no lote B; em relação ao T.O. a mesma situação se apresenta para ambos os lotes, em que foi ultrapassado o permitido pelo quadro 3).
Processo SEI: 1020.2022/0010410-2
Interessado: Marcos Gusmão.
O processo de número **14443-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (HIS/ HMP)** foi deferido.
I - DEFERIDO nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17, Decretos 44.703/04, 56.089/15, 57.776/17, 59.885/20 e Portaria nº 019/SEL.G/2016 o ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA, pagas as taxas devidas, \br/\>II - A SMUL/PARHIS para providências, enviando a SMDU/DEUSO para anotações
Processo SEI: 1020.2022/0014559-3
Interessado: BUILD CONSULTORIA BUILD.
O processo de número **17594-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 tendo em vista que os lotes pretendidos não atendem às dimensões mínimas previstas no Quadro 2A da Lei 16.402/16 para a zona de uso - ZEUP.
Processo SEI: 1020.2022/0021235-5
Interessado: Marcos Ferreira da Silva .
O processo de número **21766-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011 tendo em vista que os lotes pretendidos não atendem às dimensões mínimas previstas no Quadro 2A da Lei 16.402/16 para a zona de uso - ZEUP.
Processo SEI: 1020.2021/0010397-0
Interessado: GUSTAVO MATTOS MACEDO.
O processo de número **5097-21-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova (HIS/ HMP)** foi deferido.
DEFIRO o pedido de Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova nos termos das Leis 16.050/14, 16.402/16, 16.642/17 e dos Decretos 56.089/15, 57.776/17 e 59.885/20.
Processo SEI: 1020.2022/0022000-5
Interessado: Partifib Projetos Imobiliários Consolação Ltda..
O processo de número **22345-22-SP-CDT** e assunto **Cadastro de Sistema Especial de Segurança** foi deferido.
Defiro o presente pedido de CADASTRO DE SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA nos termos do art. 56 da Lei nº 16.642/2017 e suas regulamentações.
Processo SEI: 1020.2022/0013441-9
Interessado: Elcio Ramalho.
O processo de número **16704-22-SP-ALV** e assunto **Alvará para Desmembramento/ Remembramento/ Reparcelamento** foi indeferido.
INDEFERIDO o pedido de Alvará de Desmembramento, nos termos do inciso II do artigo 15 do Decreto nº 52.114/2011, uma vez que o projeto está sem condições de análise, onde o desenho do lote não é compatível com o indicado em registro de matrícula e as edificações não foram delimitadas adequadamente, estando a representação gráfica totalmente deformada; sendo necessário inclusive a retificação e ratificação do documento de matrícula apresentado.
Processo SEI: 1020.2022/0023200-3
Interessado: THIAGO BROGIO.
O processo de número **23599-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova - Processo Declaratório** foi deferido.
Ação originária do autodeclaratório.
Processo SEI: 1020.2022/0019515-9
Interessado: URBEN ARQUITETURA LTDA URBEN ARQUITETURA.
O processo de número **20811-22-SP-ALV** e assunto **Alvará de Execução de Edificação Nova (Exceto HIS/ HMP)** foi deferido.
nos termos da Lei 16.642/17 e Decreto 57.776/17.
Processo SEI: 1020.2022/0016283-8
Interessado: JULIO CESAR OLIVIERI.
O processo de número **19122-22-SP-CCE** e assunto **Certificado de Conclusão** foi deferido.
nos termos da Lei 16.642/17 e Decreto 57.776/17.
Processo SEI: 1020.2021/0009245-5
Interessado: JL² Arquitetura.
O processo de número **4028-21-SP-REF** e assunto **Alvará de Aprovação e Execução de Reforma (Exceto HIS e HMP)** foi indeferido.
Indeferido nos termos do artigo 59 da Lei 16.642/17 considerando o não atendimento do comunicado dentro do prazo legal de 30 dias.

SECRETARIA-EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SMUL.ATECC.
6068.2022/0011362-0
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/328/ATECC/2022
Em face da documentação, das peças gráficas apresentadas e da MANIFESTAÇÃO nº 328/ATECC/2022:
I. Considerada ADMISSÍVEL a aplicação do procedimento 'Aprova Rápido' ao empreendimento proposto.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
Processo SEI nº 6068.2022/0010159-1
I - À vista do constante no presente processo administrativo, em especial da manifestação da Coordenadoria de Administração e Finanças (CAF) desta Pasta (075236250 e 075167661) e da Assessoria Técnica Jurídica - ATAJ (075370217), às quais adoto como razão decidir, com fundamento nas disposições do Decreto Municipal nº 57.630/2017 e considerando as competências delegadas através da Portaria 09/2021/SMUL.G, **CONSIDERO REGULAR A DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR – DEA** e reconheço o direito ao pagamento em favor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0031-29, por força do Contrato 9912431972, objeto do Processo SEI nº 6068.2017/0000485-6, no valor de R$ 2.647,80 (dois mil seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), referente aos serviços apontados no relatório em doc. 072722143, com recursos a serem suplementados para o atendimento dessas despesas, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 57.630, de 2017, que onerarão a dotação 29.10.15.1 22.3024.2.100.33909200.00.00.
II - Outrossim, nos termos do art. 5º, do Decreto Municipal nº 57.630/2017, determino o encaminhamento do presente à Coordenadoria de Orçamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda, para as providências cabíveis.
III – **PUBLIQUE-SE.**

DESPACHO AUTORIZATÓRIO
Processo SEI nº 6068.2022/0010900-2
I – Em vista do contido nos presentes autos, em especial das manifestações da Divisão de Licitações e Contratos desta Coordenadoria (074767781) e da Assessoria Jurídica - ATAJ (075095635) desta Secretaria, com fundamento no artigo 15, II da Lei Federal nº 8.666/93, art. 7º da Lei Municipal nº 13.278/2002, art. 25 do Decreto Municipal nº 56.144/2015 e art. 22, §9º, do Decreto Federal nº 7.892/2013, **AUTORIZO** a contratação da empresa **NEW LINE SOLUÇÕES CORPORATIVAS EIRELI,** inscrita sob o CNPJ de nº 31.731.853/0001-27, detentora da Ata de RP nº 11/2021 - Ministério da Defesa - Exército Brasileiro - Comando Militar do Norte (073880073), Edital da Ata de RP em doc. 073881149, Termo de Referência em doc. 073825548, para o fornecimento de mobiliários para novas salas de reunião, confome readequação do layout da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, de acordo com a requisição em doc. 073825346, no valor total de R$ 3.314,00 (três mil, trezentos e quatorze reais).
II - Em consequência, **AUTORIZO** a emissão da nota de empenho em favor da empresa **NEW LINE SOLUÇÕES CORPORATIVAS EIRELI,** inscrita sob o CNPJ de nº 31.731.853/0001-27, no valor total de R$ 3.314,00 (três mil, trezentos e quatorze reais), onerando a dotação orçamentária nº 29.10.15.122.3024.2.100.4.4.90.52.00.00, consoante Nota de Reserva nº 74.313/2022 (074720659).
III – **AUTORIZO**, ainda, considerando Decreto nº 61.991 de 18 de novembro de 2022, a inscrição do saldo da NE em Restos a Pagar, no valor de **R$ 3.314,00 (três mil, trezentos e quatorze reais),** consoante Nota de Reserva nº 74.313/2022 (074720659).
IV – **NOMEIO** os servidores **FRANCISCO DE ASSIS SANTANA** - RF 546.149-9 e **ANGELICA MARIA RAMOS DOMINGUES** - RF 835.864-8, para ocuparem as funções de fiscal titular e suplente da contratação aqui pretendida, respectivamente.
V – Publique-se.
VI - Após, à SMUL/CAF, para providências subsequentes.

DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

EXTRATO DA REUNIÃO
TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Política Urbana - CMPU/SMUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, **DETERMINA** a publicação do extrato contendo as deliberações do Plenário relativas às matérias constantes da Pauta na retomada dos trabalhos da **73ª REUNIÃO ORDINÁRIA**, realizada em 08 de dezembro de 2022.
PAUTA DA REUNIÃO - 1. Comunicações Gerais; **2.** Apresentação anual de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade e plano de trabalho 2023; **3.** Apresentação do calendário com as reuniões ordinárias do CMPU previstas para ocorrer em 2023; **4.** Informe sobre o andamento do Processo Participativo da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico.
01) O Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, iniciou a reunião às 14h41min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros, seguida pelas seguintes comunicações gerais: ciência da consulta à ATAJ sobre a contabilização do prazo de envio do material aos conselheiros(as), conforme o §2º do Art. 19 do Decreto nº 56.268/15 através do processo SEI 6068.2022/0011361-1; informe sobre a Revisão do Regimento Interno, com proposta de realização da próxima reunião da Comissão Interna sobre o assunto no dia 13 de fevereiro de 2023; e informe sobre o Processo Eleitoral dos membros da Sociedade Civil Eleita no CMPU para o próximo biênio, sendo aberto prazo até 10 de fevereiro de 2023 para indicação dos nomes para a composição da Comissão Eleitoral Paritária para a eleição da Sociedade Civil do CMPU, seguida de debates e contribuições.
02) Em relação ao segundo item da pauta, foi feita a apresentação do relatório anual de implementação dos instrumentos indutores da função social da propriedade e do plano de trabalho de 2023 pela Coordenadora e Diretor de CEPEUC, Sra. Cerise Goldman Batistic e Sr. Guilherme Eduardo de Almeida, seguida de debates e contribuições; na sequência, o relatório anual não foi deliberado para complementação de informações e indusão na próxima pauta ordinária.
03) Em relação ao terceiro item da pauta, foi apresentado o calendário com as reuniões ordinárias do CMPU previstas para ocorrer em 2023, seguido de contribuições.
04) Em relação ao quarto item da pauta, foi feito informe sobre o andamento do Processo Participativo da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico pela Sra. Patrícia Saran, indunido o informe sobre a solicitação do Poder Executivo à CMSP para a prorrogação do prazo até 31 de março de 2023 e o calendário ajustado, seguido de debates e contribuições.
05) O Presidente Suplente fez suas considerações finais, agradeceu a participação do colegiado e encerrou a reunião às 19h07min.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH
ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
7ª Gestão
Data da Reunião: **26 de outubro de 2022**
Local: Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 15ºandar–Sala 154 – Centro – São Paulo
Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano 2022, às 14h30, nas dependências do Edifício Martinelli, 15° andar, sala 154, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se para a 23ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** Leonardo Gazillo Silva (SEHAB), Alexsandro Peixe Campos (COHAB-SP), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Luiza Chizue Gatti Murakami (SMADS), Tatiana Robles Seferjan (SG), Márcia Tieko Omoto Yamaguchi (SURB), David Prando Cotta (CEF), Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP), Mariza Dutra Alves (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), Manoel dos Santos Almeida (MDF- Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém), Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEMEC), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU) e Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá). **Convidados (as) presentes:** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH), Rogério Aparecido Pereira Frontelli (SEHAB/ASSIST), Patrícia Saran (SMUL), Stacy Natália Torres da Silva (SMUL), Guilherme (SMUL), Jefferson David Gomes Arruda (SMUL), Maiara Dos S. Dias (SMUL), Nathalia Fernandes (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Heliana Lombardi (SMUL), Luis Octavio da Silva (SMUL), Daniela T. Zilco (SEHAB/DEPLAN) e Dulce Helena dos Passos Santana (Taquigrafia). **Conselheiros (as) ausentes:**João Siqueira de Farias (SEHAB), Silvio Eugênio de Lima (SEHAB), Ricardo Luiz Alvarez Ferreira (SEHAB), Débora Jun Portugheis (SGM), Marcela Cristina Arruda Nunes (SG), Marcos Augusto Alves Garcia (SURB), Giulia Zanganatto (SMUL), Mariana Fajersztan (SMUL), Patrícia Maria Drago (SF), Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU), Rodrigo Mendes Romão (CEF), Sylvia Ammar Forato (COHAB-SP), Pedro Caique Leandro do Nascimento (SGM), Daniella Romani Vidal (SMUL), Mariana Figueiredo Bertelli (SMUL), Wilson Cabral da Silva (SF), Suely de Paula Santos (SMADS), Monica Therezinha Barti Rossi (CDHU), Felicia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), João Bosco da Costa (ADOCC-SP), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero), Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste). Veronica Kroll (Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo ADOCC-SP), Joselia Martins Pereira (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Luiz Cláudio Marcolino (CUT-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP), Rosane de Almeida Tierno (OAB-SP), Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Carolina Rafaella Ferreira (SECOVI-SP), Mariana Estevão de Souza Moraes (SASP), Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo) , Janaina Nascimento (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Inês Granada Pedro (CUT), Sandra Aparecida Rufino (CAU-SP), Ana Gabriela Akaishi (IAB-SP), Fernando Guilherme Bruno Filho (OAB-SP), Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Marcio Jeha Chede (SECOVI), Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP), Paulo Emílio Buarque Ferreira (Mackenzie) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). **Conselheiros justificaram ausência:** Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB), Rafael Della Rosa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Denise Antonucci (Mackenzie), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos) e Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP). **Pauta da Reunião: 1.** Aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária do CMH de 22 de agosto de 2022; **2.** Formulação de Propostas para a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico- apresentação conduzida por SMUL/PLANURB com a participação do Secretário Adjunto de SMUL, Sr. José Armênio de Brito Cruz; **3.** Informes sobre a Eleição dos Representantes dos Movimentos Populares do Conselho Municipal de Habitação a ser realizada em 06/11/2022; **4.** Assuntos Gerais. **Início Reunião:** O Secretário Executivo do Conselho Municipal de Habitação Sr. Leonardo agradeceu a presença de todos. Constatado quórum deu início aos trabalhos. **1 -. Sra. Ana Maria:** Aprovação da Ata da 22ª Reunião Ordinária do CMH de 22/08/2022, que foi aprovada por unanimidade. Passando para o segundo item da pauta. **2 - Sr. Leonardo:** Sendo assim, já passo a palavra para o pessoal de SMUL para que eles possam ter o tempo hábil necessário para apresentação da proposta da revisão do Plano Estratégico da Cidade. **Sra. Patrícia:** Boa tarde, obrigada pelo aceite da nossa pauta, da nossa discussão aqui relacionada à revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico. Para quem não me conhece, meu nome é Patrícia Saram, coordeno o processo participativo desta revisão do Plano. Temos aqui também a Heliana Lombardi, que é Coordenadora de Planurb da SMUL, que coordena os trabalhos técnicos, urbanísticos para revisão intermediária. Estamos na segunda etapa desta revisão, começamos final de abril analisando diagnóstico, verificando o que aconteceu com a implementação do Plano Diretor de 2014 para cá. O Plano é válido até 2029, mas cabia uma revisão intermediária para avaliar se as diretrizes estavam caminhando conforme os objetivos definidos no plano, o diagnóstico foi apresentado para a sociedade, discutido em diversas agendas e com o resultado desse diagnóstico foi desenvolvido todo um material, um escopo em que entendemos que pontos são passíveis de análise e devem ser ajustados. A partir daí fizemos uma série de agendas em diversos conselhos setoriais dentro da Prefeitura. O CMH está encerrando esse cronograma de agendas que percorreu desde o CMPU, FUNDURB, Conselho Municipal de Trânsito e Transporte, todos os CADs regionais, Conselhos Participativos Municipais, Conpresp, conversamos também com Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência, enfim, diversos conselhos, e fomos colhendo contribuições. Também recebemos diversas contribuições que foram apresentadas diretamente nas subprefeituras e também contribuições da plataforma eletrônica, que ficou aberta entre 23 de setembro a 24 de outubro passado. Na agenda de hoje vamos apresentar as questões que envolvem preferencialmente as ações relacionadas à habitação social, porém as contribuições podem também ultrapassar esse âmbito porque estamos tratando do PDE como um todo. Reforçamos as questões relacionadas a habitação por conta da temática do próprio Conselho. Todo esse material já está sendo analisado pela Planurb, pelas equipes da SMUL, o resultado disso será uma minuta de projeto de lei, uma proposta de alteração, e no mês de novembro vamos voltar com a discussão pública. Aí avisamos a Secretaria Executiva, aqui a Presidência na mesa, o Secretário, Presidente, da nova abertura para discussão ainda no Executivo, antes do envio ao Legislativo, e o processo participativo será retomado lá. Está bom? Passarei a palavra para Heliana dar continuidade na apresentação. **Sra. Heliana:** Boa tarde, Conselheiros e Conselheiras, sou Heliana, como Patrícia

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
terça-feira, 13 de dezembro de 2022 às 05:00:49

falou, sou Coordenadora de Planurb, a Patrícia já fez uma apresentação bastante extensa, falou de todo nosso processo, só queria completar uma coisinha, vou apresentar para vocês uma visão mais geral do que foi, do que está sendo essa revisão do plano diretor. E como fazemos um trabalho em equipe, a equipe que está cuidando principalmente desse tema que é muito importante para a cidade, que é a Habitação, virá fazer a apresentação daquilo que nós encontramos de problemas e propostas, pincipalmente do processo participativo, sobre o tema, traremos para discutir. Hoje a apresentação ainda está em fase de propostas, então não temos nenhuma proposta pronta para trazer, o que temos é um levantamento daquilo que já recebemos de problemática e de proposta, mas queremos ouvir o que vocês têm para dizer para nós sobre propostas interessantes que podemos incorporar no plano diretor. Então é esse o objetivo da reunião hoje. Ouvir a proposta de vocês, nossa apresentação vem como uma guia, certo? Vou pedir para iniciar. Vamos fazer essa apresentação falando sobre a revisão intermediária e as estratégias que levamos em consideração para essa revisão. Os resultados da Etapa 1, que foi principalmente a coleta dos problemas que identificamos na cidade, levamos o nosso diagnóstico com os problemas que nós de Planurb verificamos e fomos ouvir a população para saber quais os problemas, para além daqueles que já tínhamos levantado, que estavam atrapalhando a população. Depois disso fizemos uma sistematização com essas duas informações, transformamos isso no que chamamos de escopo. Agora estamos na fase de trazer para vocês essas problemáticas, os nossos estudos técnicos, principalmente com interesse em ouvir de vocês quais as propostas acham relevantes para trazermos para o plano para resolver essa problemática que identificamos. Então aqui só para termos uma noção de como foi esse processo até agora. Em 2021 fizemos relatório do monitoramento do Plano Diretor, esse monitoramento vem sendo contínuo e construído desde a aprovação da lei, em 2021 fizemos um relatório mais completo, principalmente visando já a revisão. Em abril de 2022 publicamos, tendo como base esse nosso monitoramento realizado todos esses anos, o diagnóstico, em que fizemos esse cruzamento de dados e verificação de quais eram os resultados da aplicação do plano e verificamos os problemas. Levamos esses problemas para a população, ouvimos, sistematizamos e fizemos essa publicação do escopo, que é o que entendemos, a partir da Lei, que é passível de mexer no plano. Isso aconteceu agora em setembro, esse escopo é o trabalho que já levamos para alguns Conselhos e fizemos aqui um apanhado daqueles temas mais relevantes para vocês e trouxemos também. Agora em novembro pretendemos publicar uma minuta já incorporando as propostas que recebemos nesse processo participativo. O nosso plano diretor trouxe essa previsão de revisão intermediária. A princípio temos a revisão da lei como um todo, de dez em dez anos ou um pouco mais do que isso. O plano diretor trouxe essa previsão de revisão intermediária, que pretende principalmente fazer ajustes para atingir os objetivos que já estavam definidos na lei, com a previsão de que ela fique vigente durante 15 anos, até 2029. As pessoas me perguntam qual o limite, qual o escopo, nós começamos com o escopo da revisão na própria lei. Então não queremos extrapolar a lei, não vamos criar uma nova lei. Dentro daquilo que nós estamos olhando para a lei, olhando para os objetivos, aqueles que já foram definidos em 2014, nós olhamos e verificamos aquilo que não aconteceu e tentamos entender por que não aconteceu. É aí que vamos trabalhar para poder ajustar e fazer com que aconteça. Então aqui nós temos um plano diretor, que é esse círculo maior em laranja, definimos o que é estruturante da lei, que são esses objetivos, as diretrizes, aquilo que queremos alcançar, a política que foi definida nesse plano, então entendemos que isso seja estruturante e que não seria o ideal mexer nesse momento. Fizemos o nosso diagnóstico, ouvimos a população, esse formato do processo participativo extrapola um pouquinho os limites da lei porque normalmente recebemos muitas propostas, infelizmente temos muitos problemas e alguns são pertinentes ao plano diretor, outros são pertinentes a essa revisão e alguns extrapolam a lei, vai para zeladoria, vai para aquilo que tem que ser aplicado na cidade, no dia-a-dia, em relação a manutenção e tudo mais. Então, a partir de toda essa leitura do que fizemos, definimos o escopo que é esse elemento menor, que é onde pretendemos atuar e fazer a revisão para poder ajustar e que consigamos os objetivos definidos em 2014. Acho que falei tudo o que está escrito. Aqui agora no escopo, "o escopo da revisão abrange matérias nele contidas, em princípio, instrumentos ou não estruturantes". Então pretendemos olhar muito para os instrumentos que foram definidos no plano e porquê eles não aconteceram. Para introduzir a revisão do plano diretor nessa reunião, vamos trazer essas estratégias dos temas que estamos tratando. Aqui são as estratégias do plano diretor. Elas não estão descritas exatamente dessa forma no texto da lei, mas na hora que pegamos o nosso Plano Diretor ilustrado, vem como a diretriz, como o caminho que se deu para fazer aquela lei. Então nós temos as estratégias e os objetivos foram derivados dela. A partir que trabalhamos. Então é socializar os ganhos da produção da cidade, melhorar a mobilidade, reorganizar as dinâmicas metropolitanas, promover o desenvolvimento econômico da cidade, preservar o patrimônio e valorizar as iniciativas culturais, assegurar o direito à moradia digna para quem precisa, qualificar a vida urbana nos bairros, orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público, incorporar agenda ambiental no desenvolvimento da cidade e fortalecer a participação popular nas decisões dos rumos da cidade. Essas são as estratégias do plano. Os objetivos se derivam disso, sempre pensando que é isso o que precisamos alcançar em 2029, chegar mais perto desses objetivos. A partir daí fizemos uma análise do que são essas estratégias e como elas estão descritas no plano. Socializar os ganhos a produção da cidade está relacionado com o tema de Habitação de Interesse Social, temos muitos instrumentos que usam dessa ferramenta, desse instrumento de buscar aquilo que é produzido na cidade pela iniciativa privada e traz para conseguirmos produzir principalmente Habitação de Interesse Social. Alguns exemplos: combater a terra ociosa que não cumpre a função social, arrecadar imóveis abandonados e dar destinação social, implementar a Cota de Solidariedade, que é um exemplo bastante típico de socializar os ganhos da produção na cidade, e aplicar outorga onerosa sobre valor de mercado com atualização anual, também é o instrumento mais forte em relação a socializar os ganhos da produção da cidade. Assegurar direito à moradia digna para quem precisa: implementar a Política Habitacional, reduzir o déficit habitacional com a duplicação da área demarcada como ZEIS para produção de moradia popular, priorizar a população com renda até três salários mínimos, promover a Regularização Fundiária nos assentamentos precários, garantir fontes de recursos permanentes e definir diretrizes para o Plano Municipal de Habitação. Tendo esse material, levamos para o processo participativo, em que tivemos três canais. As oficinas, que foram feitas de maneira presencial nas subprefeituras, as audiências que foram realizadas por tema online e o Participe Mais, que é uma ferramenta de participação online também, mas que fica aberta para a sociedade de modo geral. Dentro desses canais de participação, no tema de Habitação de Interesse Social, nas oficinais o que mais apareceu está relacionado com produção de HIS e HMP. Na verdade, na audiência também. Na oficina em segundo lugar tivemos a Regularização Fundiária. Já nas audiências, tivemos em segundo lugar a Cota de Solidariedade como sendo um assunto bastante falado. No Participe Mais os temas inverteram, tivemos a Cota de Solidariedade como assunto bastante discutido e em segundo a produção de HIS e HMP. Aí o qualitativo, ali mostramos o quantitativo das contribuições que vieram nos canais de participação, nós fizemos uma leitura e verificamos o qualitativo, o que realmente as pessoas estavam falando dentro desse processo participativo sobre esses temas. Então nos instrumentos indutores da função social da propriedade a ampliação da aplicação nas áreas mais bem servidas de infraestrutura e equipamentos, utilização dos imóveis ociosos para fins de moradia, destinação dos imóveis notificados. Na produção de HIS, HMP e Cota de Solidariedade, foi dito sobre os gargalos da produção de HIS1 e sua localização, o financiamento da produção de habitação e sua localização e produção habitacional nos eixos e faixa de renda atingidas. E os ajustes nos parâmetros, diretrizes e contrapartidas da cota de solidariedade, por isso foi um tema bastante dito. Se vê a necessidade de ajuste nos parâmetros. Em relação às ZEIS, Regularização Fundiária, então a produção habitacional em ZEIS, parâmetros, incentivos, instrumentos, proporção de HIS1, HIS2 nas áreas de ZEIS, demarcação de áreas de ZEIS e ajustes nas categorias, fortalecimentos dos Conselhos Gestores de ZEIS, Regularização Fundiária e destinação de recursos do FUNDURB. Aquilo que mostrei para vocês foram reclamações que percebemos dentro do processo participativo, contribuição dos munícipes, do cidadão. Aqui fizemos uma avaliação dos itens que precisamos ter atenção nessa revisão e que precisamos de propostas para ajustes. Então Habitação Social nas ZEIS, conceito, classificação, regras aplicáveis, disciplina de uso e ocupação do solo. Quando digo isso, é principalmente naquilo que nós do Planurb temos que nos debruçar e tentar encontrar respostas, se não conseguirmos encontrar, que não seja proposta de alteração no plano diretor, porque talvez não seja o caso, mas que encontremos respostas para solucionar os problemas. Então são os estudos que nós estamos realizando. Instrumentos indutores da função social da propriedade, âmbito de aplicação, parcelamento, edificação e utilização compulsórios, imposto predial territorial urbano, IPTU progressivo, desapropriação mediante pagamento de títulos da dívida pública, consórcio imobiliário, arrecadação de bens abandonados, cota de solidariedade, instrumentos de regularização fundiária, ações prioritárias na habitação social e ações prioritárias nas áreas de risco. A partir disso nós nos debruçamos em cada um desses temas e é quando nos técnicos de Planurb entram com um pouco mais de detalhamento da problemática, já trazendo alguma sugestão de proposta, mas como falei, não temos nenhuma definição ainda porque nós estamos ouvindo e precisamos ouvir vocês. Quero que tomem tudo isso que vamos falar aqui como um guia, como um parâmetro, que pode ser aceito por vocês e pode ser totalmente "Não concordo com nada disso, precisamos fazer diferente". É isso que precisamos, precisamos ouvir sobre o que vocês acreditam sobre os temas que vamos apresentar agora. O Jefferson vai apresentar. **Sr. Jefferson:** Boa tarde a todos, meu nome é Jefferson, sou arquiteto, trabalho na Coordenadoria de Planejamento Urbano. Como Heliana falou, vamos explorar um pouco dos resultados que a Coordenadoria chegou, com objetivo de levantar o debate sobre a revisão dos temas pertinentes de habitação e função social da propriedade. Vou começar falando um pouco dos temas da função social. O que elencamos para discussão foi avaliar as proposições para reaproveitamento e destinação de uso dos imóveis que já estão notificados, avaliar os mecanismos para retrofit dos imóveis vazios e deteriorados, debater a elaboração de um plano estratégico de gestão e destinação dos imóveis ociosos, a partir do que está notificado. No tema de HIS e HMP colocamos para discussão a questão da disciplina dos empreendimentos EHIS e EHMP, com o tópico da destinação das unidades, especificamente nesse slide estamos falando da inexistência de uma proporção para a faixa 1 nos empreendimentos do tipo EHIS, levando em consideração que no nosso diagnóstico uma das questões levantadas foi que fora de ZEIS a produção foi majoritariamente pra HIS2. E também estamos levando para discussão a questão da modulação da isenção de outorga onerosa, visto os incentivos para isenção que esses empreendimentos recebem atualmente. Ainda nessa questão, estamos colocando também para discussão a questão da majoração do CA para empreendimentos EZEIS e que estejam afetados integralmente pela área de influência de transporte público, a partir de uma comparação de que os empreendimentos do tipo EHIs que estão localizados em EETU têm um potencial construtivo maior do que os EZEIS. Ainda no tema de HIS e HMP, estamos colocando para discussão também a avaliação do controle e monitoramento da destinação do uso dessas unidades, considerando a faixa de renda que ela necessita ser destinada. Avaliando também quais tipos de unidades deveriam entrar para esse controle de destinação, quais promotores deveriam ser avaliados e se esse controle e monitoramento deveria estar inserido dentro ou fora de ZEIS, ou nos dois casos. Para Regularização Fundiária colocamos para discussão uma avaliação da regularização fundiária permitindo em rodas as macros áreas do município, verificar a necessidade de recepcionar no PDE alguns marcos legais de Regularização Fundiária, por exemplo a Lei Federal nº 13,465 e Lei Municipal nº 17,734 de 2022. Também colocamos para discussão a avaliação do veto de Regularização Fundiária sem que todas as situações de risco sejam sanadas, a dispensa de elaboração de plano de urbanização de ZEIS 1 quando a intervenção necessitar apenas de regularização jurídica de posse ou propriedade e diretrizes de transferência de propriedade de área pública quando o procedimento estiver previsto no âmbito dos processos de Regularização Fundiária e de assentamentos precários. Na Cota de Solidariedade, como foi dito anteriormente, tem um bom índice de propostas sobre o tema, um número grande, e colocamos para discussão as diretrizes e contrapartidas do instrumento, analisando por exemplo a faixa de corte para adesão à cota de solidariedade, que atualmente é em 20 mil m² de área construída computável, a proporção mínima de HIS 1 ou HIS 2, que a incorporação privada precisa destinar caso opte pela produção habitacional. Também recebemos propostas e vinculamos para debate a questão de definição de uma distância máxima entre produção ou doação do terreno a partir da localização do empreendimento que aderiu à cota. E discutiu algum tipo de aprimoramento da modalidade de depósito ao Fundurb, já que no nosso diagnóstico identificamos que a maior parte dos empreendimentos que aderiram à cota optaram pelo depósito no Fundurb. Nas ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social, estamos colocando para debate de qual forma as ZEIS 1 e ZEIS 3 podem ser aplicadas em assentamentos precários que estão fora de ZEIS, mas que recebem intervenções, analisando de que maneira o plano de urbanização de ZEIS pode contemplar zonas que estejam fora de seu perímetro, mas que ainda sim tenham famílias de baixa renda. Inserimos outro tópico para discussão, que é a possibilidade de padronização dos procedimentos de plano de urbanização de ZEIS a fim de equalizar o atendimento às famílias que estão em assentamentos precários. Por fim nesse tema, avaliar a necessidade de regulamento dos CGZEIS e debater a interpretação legal atual do Conselho Gestor. Eu tentei falar de uma forma um pouco mais resumida, por conta de ter uma densidade ali de textos, mas qualquer coisa podemos retomar cada um deles. Vou encerrar a fala sobre o que elencamos para a discussão, vou passar para a mesa para iniciar o debate para o Conselho. **Sr. Leonardo:** Quero agradecer a apresentação da Patrícia Saran, Heliana, Jefferson, obrigada pelos esclarecimentos, realmente é um tema muito complexo, que visa o desenvolvimento da nossa cidade. E como bem colocado é um plano que está sendo revisado, não estamos falando de grandes alterações, mas ajustes no curso. Eu acho que é nesse ponto que os Conselheiros presentes devem se atentar, não estamos aqui para querer transformar o PDE num outro tipo de lei, numa outra formatação completamente distinta daquilo que já existe, mas fazer os ajustes necessários para que ele possa cumprir sua finalidade desde quando foi proposto. E é óbvio, a cidade é muito dinâmica, nós vivemos num ambiente bastante dinâmico, em que o que foi planejado em 2014 hoje já tem uma outra realidade e precisa ser ajustado. Eu quero verificar quem são os inscritos e abrir para que os conselheiros possam fazer as perguntas para o pessoal do SMUL e suas contribuições também. **Sr. Miguel:** Boa tarde a todos. Na verdade, as alterações são poucas, mas são significativas e importantes as propostas, desde aqui até sua execução. Eu queria sugerir o seguinte, posso estar equivocado, mas tentei imprimir o material e parece que essa parte do material não chegou para nós, não sei se estou equivocado. Mas eu acho que seria importante, essa pauta é bastante significativa, mexe muito com as questões do Conselho que nós discutimos, acho que tem material aí para fazermos pelo menos um breve seminário. Não sei se há tempo para isso. Até porque sabemos que as audiências públicas foram esvaziadas, quem acompanhou sabe que não foi tão assim, aquela multidão. Eu sugiro para tentarmos aqui fazer um pequeno seminário para discutirmos melhor isso, tem proposta importante e significativa. **Sra. Daniela:** Anotei aqui, vou falar bem rapidinho, mas depois podemos formalizar aqui pelo Sinduscon o que seriam as sugestões. Primeira, isenção de IPTU, sabemos que tudo o que é produzido em ZEIS o adquirente HIS1 tem isenção, mas hoje ele precisa esperar um pedido para a Secretaria da Fazenda para gerar isenção, o que gostaríamos é que isso fosse automático, a partir da produção em ZEIS já fica automática a isenção de IPTU. Questão de taxa de tratamento de esgoto, ainda vemos hoje muito EHIS em ZEIS com exigência da concessionária para implantação de ETE, isso é custo para o empreendedor que vai executar, mas é um custo de manutenção, manter uma ETE dentro do condomínio é uma taxa muito alta para o cliente, para o morador HIS, às vezes é questão de um ou dois anos para a concessionária trazer o coletor de esgoto ali, então gostaríamos que tivesse esse pensamento, nós achamos meio absurdo isso, é beneficiar o morador HIS. A questão do HIS1 que você colocou muito bem, de faltar EHIS1 nas demais zonas, estamos vendo uma dificuldade e gostaríamos de sugerir que o que foi implementado no PIO Setor Central, que é o bônus equivalente para produção de HIS1, também fosse estimulado para áreas fora do PIO. A questão das APPs, hoje não podemos usá-las para nada, só com sua função ambiental, mas vemos uma dificuldade muito grande dos condomínios EHIS ZEIS manterem essas APPs, invasão, lixo, animais, então gostaríamos de propor que fosse permitido uma forma simplificada para usar essas APPs com lazer, quadra para criançada brincar, enfim, para facilitar manutenção e conservação. Uma maior facilidade para implantar ciclovias e pontos de ônibus, hoje é muito difícil conseguirmos uma autorização para implantar ponto de ônibus na frente de um condomínio HIS recém implantado, preciso esperar todo um estudo da SPTrans, acho que também poderia facilitar isso para propormos a implantação de ponto de ônibus. Pequenas obras de drenagem, tudo o que temos que fazer em uma iniciativa privada de melhorar escada hidráulica, colocar um bueiro a mais na frente do empreendimento, tudo isso precisa entrar em SIURB, um TCA, é uma burocracia sem fim e às vezes não fazemos por causa da burocracia, poderia fazer um pequeno investimento ali e melhorar o que está na porta do empreendimento se tivesse um licenciamento simplificado. Valorização de iniciativas culturais, quando fazemos um parcelamento de uma área acima de 20 mil metros quadrados, tem uma destinação de área institucional, também queríamos uma facilidade para promover ali uma associação de moradores do bairro para cuidar dessa área institucional. Às vezes vão promover ali uma feira de empreendedorismo, quem produza alguma coisa ali no condomínio e queira vender para vizinhos, ou mesmo fazer um evento cultural, uma festa, organizar, é muito difícil hoje conseguir autorização para que esse condomínio, através de uma associação, possa cuida daquela área institucional, até quando o poder público for usá-la. Georreferenciamento de vagas de estacionamento, percebemos que hoje é muito caro fazer um estacionamento, então temos que ajudar o pessoal a achar essas vagas para poder utilizar no entorno, um supermercado, shopping center, ou mesmo um parque público de vagas. Sabemos que hoje existe a terceirização disso, então se pudesse georreferenciar para localizar melhor onde estão essas vagas para interesse dos moradores. O TDC, transferência do potencial construtivo. Queríamos que incluíssem naqueles itens permitidos do TDC, além de produção HIS, além de áreas de parques, uma possibilidade de resolução de conflitos com áreas de vizinha, associações de moradores. Tem muitas ZEIS ali que Associação de Morador não deixa ser implantada, fica aquela encrenca na justiça, e às vezes se você desloca ali uma pequena distância, com TDC, você viabiliza a produção HIS, então incluir ali para resolução de conflitos de associação de moradores. O IPTU progressivo, hoje estamos com algumas ZEIS com dificuldade de viabilizar por custo de infraestrutura e o IPTU progressivo ali em cima, então mesmo quem quer produzir ZEIS, que comprou ZEIS, está com dificuldade de implementar, então pensar numa carência um pouco maior para vermos se reequilibra essa questão financeira, se não, ninguém vai conseguir produzir, se as empresas não conseguirem produzir, quem vai fazer? A comprovação da destinação do HIS ativa no momento de individualização dos contribuintes, sabemos que isso às vezes é complicado numa fase até a Habite-se, mas uma vez desmembrada a matrícula, individualizado o contribuinte, faz lá o registro da transferência do ITBI, já coloca a destinação, para que possa se comprovar que foi destinado corretamente o HIS. Eu acho que era isso, desculpa, tomei um pouquinho mais de tempo. **Sr. Kiko:** Boa tarde a todos. Como Miguel falou, houve esvaziamento e também não havia condições de muitos e muitas acompanharem essas audiências pelas redes sociais por falta de internet mesmo, fomos um pouco prejudicados por causa disso. Mas eu senti falta aí de colocar nessa discussão a regularização dos Conjuntos Habitacionais, está aí o presidente da COHAB que sabe que tem muitas que já foram construídas há anos e que até agora não estão regularizadas. E a Urbanização de Favelas também é um tema que não pode ficar ali, dizer que está junto com Regularização Fundiária, porque são coisas diferentes. Tem muitas favelas que não tem condições de entrar uma viatura, ambulância, corpo de bombeiros, por isso os incêndios acontecem e quando chega não dá mais tempo de nada. Então para vermos se conseguimos acrescentar. E também o combate ao avanço nas áreas de ZEPAM, que vemos que não é só pobre que está ocupando a represa, não. Sabemos que temos muitas casas grandes de gente bacana avançando e nada é feito, passamos muito pela cidade e vamos na região da Cantareira, tem gente avançando dentro da mata, tem gente avançando na Zona Leste, acabando com o nosso pulmão ali que é o Parque do Carmo. E nada está sendo feito. Me estranha que não entra num debate desse. Prédios e Empreendimentos sendo construídos na Fazenda do Carmo e não é HIS. E as árvores indo embora, árvores antigas, que eles fazem a compensação ambiental, eu não sou ambientalista, mas eu vejo, que para fazer uma obra eles derrubam tudo e colocam palmeira imperial. Palmeira imperial não é reflorestamento. Então precisamos colocar isso no debate, acrescentar, porque estamos vivendo um momento difícil, que é o climático, daqui a pouco vamos ficar sem o nosso pulmão, porque não é só a Amazônia não, tem o reflexo, está vindo de lá, mas a destruição está sendo feita aqui na cidade também. **Sr. Manoel:** Boa tarde a todos, todas e todos, quero fazer uma pergunta. Na época de 2014 nós tínhamos uma área como ZEIS para HIS, nessa área foi feito projeto, dada entrada e tudo, o projeto andou, passou por vários órgãos e agora mudou a área para uma ZEPAM. Eu quero colocar isso em discussão para ver se conseguimos reverter isso para uma ZEIS 2, levar em conta as várias famílias que estão esperando desde 2014, nós precisamos colocar isso em discussão e resolver essa situação. A princípio era isso. Sobre a condução também, tem lugares na Zona Leste que pedimos a condução, ponto de ônibus, exatamente, já tem muito tempo e nunca chega lá essa condução. A SPTrans, já mandamos vários ofícios e não respondem nada. A princípio era isso, obrigado. **Sra. Patrícia:** Obrigada pelas considerações, vou começar respondendo o Miguel que falou um pouco do material, fez uma sugestão da realização de um seminário, com relação às etapas e agendas do processo participativo, já encerramos a consulta eletrônica, essa agenda ficou até um pouquinho depois da data da consulta por conta de um agendamento da própria Secretaria e com os demais Conselhos que fizemos, com ajuste de agenda, mas é uma agenda que estamos recebendo propostas. E ainda antes mesmo da publicação da minuta, estamos sim organizando um seminário. Será feito seminário, terá um painel onde falaremos sobre Habitação. Na verdade, a ideia é permear os diversos temas que estão sob análise de ajustes. Estamos finalizando essa estrutura, confirmando as presenças, em breve mandamos para vocês esse convite, vou pedir a gentileza aqui para a Ana Maria, encaminhamos para a Ana e ela disponibiliza para todos os Conselheiros, vai ser um momento em que vamos ouvir a Sociedade Civil, vamos ouvir palestrantes, pessoas importantes e de peso nessas diversas áreas para contribuir e entendermos melhor como está se dando essa transformação e essa proposta de ajuste. Depois desse seminário vamos lançar a minuta de projeto de lei e vamos seguir com audiências públicas. Já temos o texto da lei, é um formato mais rígido, vamos dizer assim, a ideia é realizar audiências virtuais e ter uma audiência também presencial. Também vamos abrir os canais virtuais para continuarmos debatendo a proposta colocada. Acho que com relação à participação foi praticamente isso, o Kiko falou também um pouco sobre as Audiências, mas todas as agendas virtuais que foram realizadas foram gravadas e constam do canal do YouTube da SMUL e percebemos que no tempo as pessoas vão se apropriando, é um streaming, mais um canal e o momento que ela identifica possível assistir, se apropriar, está 24 horas lá. As agendas presenciais, nós elaboramos alguns vídeos editados e todo o material do que foi realizado consta no site Plano Diretor SP. Desde os relatórios, como Heliana já registrou, diagnósticos, escopo, sistematização, os critérios que foram elencados para desenvolver a análise das contribuições, está tudo registrado, acho que vale à pena dar uma olhadinha no site e entender, se envolver talvez com o assunto que mais interessar a cada um de vocês. **Sra. Heliana:** São boas as suas propostas, na verdade, eu posso tratá-las como proposta e não como pergunta? Porque na verdade, algumas dessas coisas vamos ter que levar e verificar aquilo que já estudamos e até o que pode ser feito, como eu digo, para além do Plano Diretor, para verificar a forma de regulamentação, alguma coisa que não depende da alteração do PDE para poder ser alterado, então são bem interessantes. Alguns aqui eu acho mais interessantes que os outros, como a questão da APP, nós verificamos que existe uma possibilidade de se utilizar das APPS guardo estamos fazendo Regularização Fundiária, quando está retirando pessoas de área de risco, mas também há algumas restrições, não dá para usar indiscriminadamente, mas vou verificar, isso é um assunto que me interessa bastante, como é que podemos fazer para facilitar, porque não faz sentido também deixar uma área de preservação que não tenha manutenção, que não tenha cuidado, que não faça parte ali do uso da população, então vou verificar isso. Em relação a ponto de ônibus, ciclovia, eu acredito que algumas coisas eu percebo que são mais parte burocrática do que aquilo que o Plano Diretor pode facilitar nesse momento. Quando você fala de georreferenciamento das vagas, em virtude dos Empreendimentos que não têm vaga e os moradores precisam de vagas para estacionar, é isso? Outra coisa que você falou foi em relação às ZEIS que chamamos de PEUCs, ZEIS com notificação. Qual foi a dificuldade? Será que o pessoal consegue te ouvir? **Sra. Daniela:** Que é uma preocupação com aqueles terrenos em ZEIS um pouco maiores. Às vezes ZEIS que depende de parcelamento, de urbanização maior, as que são feitas pela iniciativa pública tudo bem, as que são feitas pela iniciativa privada hoje estão com dificuldade de rentabilização dá prejuízo, não para de pé a conta e elas vão começar a ser PEUCs. Então mesmo o Empreendedor querendo fazer o HIS, ele não consegue pela inviabilidade financeira. Como pode ser feita essa análise, essa notificação para a prefeitura de que por enquanto está sem condições e quem sabe com futuros incentivos isso possa se viabilizar, mas parar o PEUC, congelar até que seja possível empreender de novo. Entendeu a preocupação? **Sra. Heliana:** Entendi. **Sra. Daniela:** Não é falta de interesse em produzir nas ZEIS, mas é falta de viabilidade para produzir nas ZEIS. **Sra. Heliana:** Na medida em que ele já está pagando IPTU progressivo, é isso? **Sra. Daniela:** É. **Sra. Heliana:** Eu não sei se chega nesse nível, mas toda vez que você apresenta qualquer tipo de projeto aqui, mesmo que seja um projeto de parcelamento, que é o PEUC, parcelamento edificação e utilização compulsórios, então se for uma gleba grande, em que seja necessário fazer projeto de parcelamento para começar a empreender em lotes menores, isso já vale como um inibidor da cobrança de IPTU progressivo. Então precisa de alguma ação, à medida em que o proprietário tem essa ação, nem que seja apresentar o projeto de parcelamento, isso já inibe a cobrança, então já tem uma luz no fim do túnel. Mas precisamos entender um pouco mais o que é a dificuldade, porque o que temos para inibir essa cobrança já está na lei, talvez algum outro tipo de projeto, mas precisa ter uma iniciativa do proprietário de qualquer forma, para que demonstre para a Prefeitura que ele está fazendo alguma coisa para dar uso. Se não tiver essa iniciativa, qualquer que seja, nem que seja a iniciativa de chegar e falar – Olha, eu tenho esse projeto, mas tenho esse problema que está impedindo, eu preciso de um pouco mais de prazo. Esse mecanismo existe já, mas precisa dessa iniciativa do proprietário de demonstrar para o Poder Público – Estamos fazendo alguma coisa, não estamos parados, queremos viabilizar. Entendeu? Isso já tem lá. O que eu lembro em alguma audiência, já nos vimos virtualmente em algum lugar, Kiko. A Patrícia já te respondeu algumas coisas, eu não sei... você falou algumas coisas bem específicas, quer responder alguma coisa, Jefferson? Só anotou. Em relação à regularização dos conjuntos habitacionais, isso entendemos que não está relacionado com regularização fundiária em si, está relacionado com regularização edilícia, então o imóvel tem que se adequar e fazer uso desses mecanismos que temos de regularização, de anistia e tudo mais, para poder vir a ser regular e assim também conseguirmos fazer as outras regularizações que o imóvel precisa. **Sr. Kiko:** Mas acontece muito, vou dar um caso de onde moro. Eu não moro no conjunto, moro nas casas, no Cintra Gordinho, na Vila Prudente, dos apartamentos ninguém consegue, vem aqui, faz Plano 1.000, daqui a pouco faz Plano 2.000, 3.000, e não consegue falar – Esse apartamento é meu, eu tenho escritura. E aí vem aqui, muitas vezes tem que esperar, eu não sei se ainda é assim, tem que esperar a maioria de quem mora no prédio para poder também regularizar, tem casos que a pessoa morreu e fica mais difícil ainda. Então é agilidade, parece que estava em andamento isso antes da pandemia e depois não sei, porque até desistimos de vir, por conta também da pandemia não poder trazer o povo aqui. Aí vai na praça de atendimento, pede o Termo de Quitação para poder dar entrada e não consegue dar entrada na escritura, para ver se esse processo pode ser retomado, porque tem muita gente que não aguenta mais, mora aí nos Conjuntos Habitacionais desde os anos 80 quando iniciou e até hoje não tem, é só contrato de gaveta. **Sra. Heliana:** Temos um colega de trabalho aqui em situação parecida com a sua, nós entendemos, vamos verificar e ver como podemos ajudar. Eu não sei se isso cabe para essa revisão, mas vamos colocar lá na nossa listinha para vermos como podemos ajudar, principalmente agora que temos uma situação de Desenvolvimento, Planejamento Urbano e Licenciamento junto, talvez consigamos ajudar de alguma forma a arranjar uma solução para isso. **Sr. Kiko:** Como fica regularização, lei de regularização fundiária, mas onde cabe essa lei que estou dizendo? Ela não entra dentro dessa lei? **Sra. Heliana:** Poderia ser uma regularização fundiária, mas o imóvel tem que ter alguma regularidade também, tem que estar casado. **Sr. Kiko:** É COHAB. **Sra. Heliana:** Precisamos ver, não sei. **Sr. Alex:** Cada caso é um caso, Cintra Gordinho é um caso, nós temos inúmeros imóveis que estamos regularizando. Você falou tudo, o contrato de gaveta é um problema. Esse é o problema,

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
terça-feira, 13 de dezembro de 2022 às 05:00:49

lá atrás, quem adquiriu, quem foi contemplado e adquiriu unidade da COHAB, só para ficar claro para todo mundo, a COHAB subsidia e financia para o mutuário, sem juros, com toda a facilidade. A COHAB não pode dar apartamento para ninguém porque ela é uma empresa, então o pessoal é selecionado, passa pelo critério de documentação e é feito o financiamento para o mutuário, o problema é que muitas pessoas vendem o apartamento, assinam o contrato de gaveta e a pessoa acha que aquilo é dela, não é dela, esse é o problema desse imbróglio todo que estamos nos debruçando todo dia para regularizar. Quem é o titular até hoje, mas a unidade ainda é da COHAB, nós podemos pôr recurso público para fazer o AVCB, para poder fazer as obras que dão direto e aí sim podemos chegar até a escritura, isso temos feito e muito, com a nossa gestão nunca se fez tanto, aliás, agora mais ainda, estamos tendo um pouco mais de recurso para fazer mais obras ainda de AVCB, em especial Cintra Gordinho eu vou acompanhar de perto para ver o que dá para adiantar. **Sr. Kiko**: Já tinha começado, não sei se... **Sr. Alex**: Você já deu uma palavra ótima, começar já é um sinal bom. Então temos feito muito, o empenho do Secretário, dos dois Secretários aqui e nosso para tocar. E quanto mais fizemos, é o nosso interesse. Claro que depois das pessoas que estão morando ninguém mais do que nós aqui, os executivos, queremos que saia. É número e é financeiro. Agora a documentação atrapalha muito, viu? Por isso até fizemos uma campanha na COHAB, desculpa, "Não seja enganado e mantenha o cadastro atualizado" e tudo mais, muitas pessoas, imobiliárias, vendem apartamento da COHAB sem nossa total autorização, por isso eu falo, alguém ofereceu apartamento, é numa COHAB, vem aqui ver, chega aqui – Escuta, estão me oferecendo esse apartamento. Se o apartamento está quitado, já é da pessoa, ela pode vender, emprestar, alugar, fazer o que quiser. Enquanto for de propriedade da COHAB, que tenha financiamento pendente ali, ninguém pode vender o apartamento. Mas muitas pessoas fazem isso, muitos se apropriam enquanto estamos reformando, vão lá e invadem o apartamento, às vezes o síndico está mal intencionado também e passa o apartamento para alguém e isso vai gerando um ônus para o município. Depois vira todo esse imbróglio aí, que passaram cinco pessoas, há famílias que foram enganadas. Só um minuto, o Chefe de Gabinete do Prefeito está me ligando. **Sr. Leonardo**:Aguardando o Peixe voltar, vou fazer algumas observações, acho que são pertinentes e vão complementar o que foi dito. Como disse a Heliana, não necessariamente algumas ações estão diretamente voltadas ou ligadas à revisão do PDE, por exemplo, quando falamos aqui na isenção das HIS na questão do IPTU, isso está sendo trabalhado, já estamos elaborando a minuta do PL para remissão daqueles que têm alguma dívida anterior, inclusive alguns inscritos em dívida ativa, então já estamos alinhando com a Fazenda, isso inclusive está em ATL, que é um departamento técnico legislativo, que encaminha da Casa Civil para a Câmara Municipal, a minuta do projeto de lei para a remissão das HIS, então tem um rol listado que vai ser publicado também, um rol de SQL que chamamos, que é o código que identifica cada uma dessas unidades e que terá a remissão de suas dívidas. E também estamos trabalhando concomitantemente a isso a isenção dessas unidades porque existem alguns casos muito específicos em que, por conta até da valorização de mercado mesmo, com o passar dos anos aquela unidade é HIS, aquela família continua tendo aquela baixa renda, porém a unidade passa a ter valor superior. São poucos os casos, mas esses casos também estão sendo listados junto à Fazenda. Outra coisa importante falar a respeito da retrofitagem, por exemplo, que foi colocada aqui. Temos o Programa Pode Entrar hoje já na rua, com o programa Entidades, o Aquisições que vai vir a contemplar muito do que foi colocado aqui em relação ao mercado Faixa 1, em relação ao eixo estruturante, vamos fazer aquisição de 45 mil unidades através desses dois editais, porém os editais ainda estão em análise pelo TCM, por isso não está na rua ainda, mas já temos produção das unidades habitacionais, pelo menos já estamos com os termos ajustados com as entidades para dar início de obras o mais rápido possível, está na questão de burocracia, em ajustes ainda com as entidades, mas está sendo feito, é o programa mais audacioso da história da cidade, com mais de 49 mil unidades a serem construídas, que justamente foi a demanda mais colocada nas audiências, a construção de HIS na cidade. E pelo empenho da gestão do Prefeito Ricardo Nunes e visando as nossas também, que são audaciosas nesse caso, estamos trabalhando muito fortemente para que essas construções sejam efetuadas até o final do ano de 2024, temos a previsão de mais de 49 mil unidades, contando com o Pode Entrar Entidades e Aquisição. Dentro disso também temos pelo menos 17 prédios sendo monitorados no Centro, dentre esses pelo menos 10 com condições de retrofitagem, estamos ainda no processo de regularização disso, de aquisição, de desapropriação, enfim, tem toda a parte burocrática disso ainda, porém já existem pré-projetos para essas unidades aqui na região central, que é super importante também para podermos cumprir as nossas metas, inclusive do PIU Central, das unidades habitacionais aqui do Centro, então todo esse esforço que temos feito visa não só o cumprimento do plano de metas, mas está diretamente alinhado também com essa questão do PDE. Outro ponto importante que é legal colocar aqui porque foi citado, a questão da regularização fundiária, estamos com o PL de Anistia também em andamento, já bem avançado, ele visa facilitar, diante da nova legislação de Regularização Fundiária, tanto Federal como do município, que é bem recente por sinal, de janeiro desse ano, então pensando nisso estamos readequando a nossa estrutura dentro da SEHAB, com novos contratos de gerenciadoras, para que possamos fazer esse trabalho na cidade, que visa até 24 fazer regularização de 220 mil unidades, processos. Estamos falando de uma escalabilidade muito grande de Regularização Fundiária dentro da cidade, que por uma questão de legislação e de falta de estrutura que talvez existia até então, até porque tinhamos uma suspensão do contrato de gerenciamento de regularização fundiária por parte do TCM, que não nos permitiu o processo licitatório naquela época, então esse processo ficou pelo menos dois anos e meio, quase três anos suspenso e agora tivemos a liberação disso e estamos em via de contratação dessas empresas de gerenciamento, que visam justamente facilitar tudo isso. Então é um esforço que a gestão tem feito para que consigamos atingir as nossas metas e principalmente estar alinhado com tudo aquilo que já está desenhado do plano estratégico com o desenvolvimento urbano da cidade. Agora, é claro que depende, nós esbarramos entre a nossa vontade e a burocracia e até elementos que são externos ao poder público municipal, até porque às vezes dependemos de uma demanda que é legislativa, que é do Tribunal de Contas, acabamos tendo algumas interferências nesse sentido para a execução, por questões de suspensão de prazo e tudo mais. Porém temos trabalhado fortemente para isso, então só trouxe essas contribuições porque foram assuntos que foram tocados aqui, citados. Acho que é importante vocês saberem o que a municipalidade tem trabalhado para que esses pontos sejam executados, para que haja uma melhoria substancial real na vida das pessoas, na ponta, na cidade. Vou devolver a palavra para o Presidente Alex Peixe para que ele dê continuidade agora que retornou. **Sr. Alex**: Só para confirmar o nosso empenho em regularizar o quanto mais imóveis possíveis, como vocês têm acesso ao assunto moradia todos os dias, orientem as pessoas. "Imobiliária tal está vendendo apartamento da COHAB", falem – Vai na COHAB checar o apartamento. Eu tenho passado por cada situação, eu vejo pessoas pagando 150 reais para fazer o cadastro, vem o cidadão lá, monta 100 pessoas, capta esses 150 reais de 100 pessoas e some, desaparece. E coloca lá ainda, assinatura do Presidente da COHAB e do CDHU. Fui outro dia dar uma palestra aí. É verdade, estava meu nome no do CDHU e do Secretário Amary na de Habitação do Estado, o dele estava certo, só que meu nome estava no CDHU, o pessoal mesmo faz confusão, COHAB e CDHU são duas empresas, só que uma é do Estado e outra do Município e as Secretarias fazem a política pública do Município e do Estado. E executamos. Tem essa confusão de CDHU, então a pessoa consegue ser líder um pouco, capta algumas pessoas – Eu tenho facilidade na COHAB, eu tenho facilidade na SEHAB. A pessoa acredita. Muitos dão 20, 30 mil reais para a pessoa, achando que vão furar a fila. E dão. Porque o 171 tem muita lábia, ele convence a pessoa. E não pode. Não comprem. Não comprem nada. A COHAB chama a pessoa. A pessoa quando vai ser selecionada pela COHAB vai vir aqui no prédio, vai ver o documento, vai andar com o funcionário, vai conhecer a unidade, não é em papel, em qualquer lugar. Então orientem e fiquem atentos porque tem muita fraude usando o nome da COHAB e da Secretaria de Habitação. Não compactuamos com isso, pelo contrário. Ano passado prendemos em flagrante um corretor de imóveis que estava vendendo apartamento da COHAB que nem estava pronto ainda. Foi do Osório. O cara estava vendendo lá "Vendo apartamento no Osório", nem estava pronto ainda, minha equipe de segurança, que é um policial aposentado, coronel da polícia, conseguiu junto da GCM e PM prendê-lo em flagrante e ele foi para a delegacia. Pelo menos espalhamos essa notícia para as pessoas verem que em Habitação, pelo menos na nossa gestão, é assunto sério. Mas aí são duas pessoas privadas, eu não tenho como controlar que um cara está lá na rua vendendo apartamento da COHAB. Tem que vir aqui na COHAB, aqui no prédio, se o apartamento é de vocês, porque esse cara está vendendo, aí vou falar – Esse apartamento é da COHAB, ele não pode vender. Ou vou falar – É dele, já está pago, ele quitou, aí ele pode vender. Se ele quitou na COHAB vamos dar uma escritura definitiva para ele, aí é dele e ele faz o que quiser. Estou à disposição para o que precisarem. **Sr. Nunes**: Boa tarde, gente. Bom estar aqui de novo, é a primeira reunião que venho depois da pandemia, não sei se é a primeira presencial, acho que teve outra. Faltei na última. Mas estamos aqui. É um prazer rever todo mundo aqui de novo, as Conselheiras e Conselheiros, os colegas. Duas questões. Primeiro, olhei atentamente a apresentação e senti algumas faltas. Essa é uma revisão intermediária do Plano Diretor, acho que quase tudo, pelo menos tudo o que percebi que está exposto aqui, já está presente na Lei atual, parcelamento e uso compulsório do solo, ZEIS, tudo isso está presente, o que sinaliza de alguma forma que o plano diretor vai seguir na mesma linha, na mesma política do que era o anterior. Agora, eu sinto falta de, se estamos fazendo uma revisão, qual é a avaliação que temos do plano atual? O que não funcionou, o que estamos melhorando, o que queremos melhorar em relação ao anterior? Vou dar um exemplo, que para mim é uma incógnita, na gestão do prefeito Haddad, logo nos primeiros anos do plano diretor, se iniciou um processo de notificação de imóveis vazios, ociosos para implementar o PEU. E você consegue inclusive acompanhar isso pela GeoSampa. Só que houve imóveis que foram notificados lá em 2016, já se passaram 5 anos, que era o prazo para desapropriação, se conseguiu efetivar ou não, o que precisaria de fato melhorar desse instrumento para que ele funcione melhor como parte da política de habitação? Então acho que é um pouco essa questão que eu queria colocar. Mais no grosso modo, que avaliação está sendo feita do plano atual e o que precisa melhorar. Outras coisas, temos visto muitos empreendimentos privados sendo construídos em ZEIS, muito estúdio, esses apartamentos de 10, 15 metros quadrados, sendo construídos e vendidos como ZEIS, como HIS, por 200 mil, 300 mil reais, para atender a uma classe média. Como fazer para que isso atenda de fato a população mais pobre, que de fato precisa de habitação? Obrigado. **Sra. Fátima**: Boa tarde a todos, acho que o Nunes falou um pouco da minha fala, a questão de as áreas desapropriadas para HIS que não são realmente cumpridas. Falo com garantia porque no outro plano eu estava junto, apontamos várias áreas desapropriadas para HIS e hoje vemos construtoras privadas construíndo e não atendendo a população que deveria atender para HIS. Eu proponho que não só os imóveis vazios ociosos, que sabemos que tem vários em toda a cidade de São Paulo e não só aqui no Centro, que é uma quantidade maior, mas em toda a cidade de São Paulo tem imóveis vazios, que sejam realmente reformados para famílias de baixa renda, que sabemos que é em maior quantidade, mas também as áreas e terrenos vazios que hoje só se destinam a entulho, geram bichos e proprietário fica com aquela área e não é passada para construção, que essas áreas sejam também desapropriadas para construção de HIS que realmente atendam as famílias de baixa renda. E que tenha uma fiscalização para isso. Ontem até questionei o Secretário, como uma área que é HIS está sendo construída para famílias de renda média e não atende as famílias da região? e nós apontamos as áreas. Não foram nem fiscalizadas sequer, Eu falo isso com certeza, onde eu moro estão construindo 3 mil unidades de habitação que não é para baixa renda. Nas duas áreas tinha que construir uma parte que é HIS, foi apontado a área para a área de ZEIS e não está atendendo as famílias de HIS, estamos com muitas famílias com auxílio aluguel e tudo, sem ter onde morar, contando que deveria ter o atendimento para essas famílias. Gostaria que esse plano visualizasse isso. Outra coisa, não sei se temos mais um tempo enquanto Conselheiros de mandar a proposta. Podemos mandar? Porque vamos apontar propostas também para enviar para o plano. **Sr. Miguel**: Ia fazer uma pergunta para o Alex, mas ele saiu de novo. **Sra. Ana Maria**:Espera ele voltar. Kiko. **Sr. Kiko**: Fátima falou de um ponto importante, são áreas por toda a cidade que estão abandonadas, não têm sido notificadas por parte das subprefeituras pelo não cumprimento da função social da propriedade. E quando elas são ocupadas aparece rapidinho o proprietário, viaturas de GCM, da Prefeitura, para tirar essas famílias que precisam de moradia. Isso aconteceu muito por conta da pandemia, áreas abandonadas, inclusive no final aí tem até um requerimento para falar no final, o pessoal está aqui, de uma área abandona há mais de 30 anos e agora o proprietário aparece e a justiça está do lado do proprietário, como sempre, o pobre sempre é culpado, quando é para fazer habitação para família de baixa renda, leva-se para o Tribunal de Contas do Município, leva a proposta para o Tribunal de Contas do Estado, para o Federal, e a resposta é sempre a mesma. A conta não fecha. E nunca dá para fazer habitação para nosso povo. É um pouco disso, acho que como o Nunes falou, no início do PDE colocamos essa preocupação, é a falta de notificação para os proprietários que abandonam os imóveis e só aparecem quando alguém ocupa e a prefeitura tem esse poder, notificar ou até mesmo pegar e, no caso aqui do Centro, transformar em habitação. E também na periferia tem muito disso. Para que isso também entre na proposta, não sei, é que o povo tem tanta coisa e acabam priorizando algumas. Mas que se coloque aí, não sei se entra no plano, ou através de um plano interno da Prefeitura, para que seja feito isso, a notificação desses imóveis abandonados há anos. Muitos até já morreram, tem gente que nem sabe que é herdeiro de alguma coisa ali, só aparecem depois que ocupamos. **Sra. Heliana**: Eu vou responder primeiro do Manoel que não respondi outra vez. Fiquei curiosa, qual foi a ZEIS que mudou, sabe qual é? Estamos fazendo uma conversa. **Sr. Manoel**:É na Rua Tineciro Icibaci, foi mudado, antes era uma ZPAG, foi mudado para ZEIS, virou uma ZEIS. Na hora que fizemos o projeto e chegou na Prefeitura, não deu para passar porque já tinha voltado o para ZPAM de novo, ZPAG. Deixou o mínimo pedacinho, que é 10%, ficou como ZEIS, o restante tudo mudou, não sei, eu tenho que ver isso, eu não sei quem mudou, como mudou. **Sra. Heliana**: A propriedade era de quem, você sabe? **Sr. Manoel**: É particular. Mas o proprietário nem sabe, ele estava contando como ZEIS e alguém mudou. Como já temos as famílias esperando, já temos o projeto, só fazer essa revisão aí para dar continuidade. **Sra. Heliana**: Eu não conheço o caso, vou tentar saber. Daí qualquer coisa entramos em contato para dar alguma informação ou perguntar mais. **Sr. Manoel**: Eu tenho o Uso de Solo de 2017 que era uma ZEIS, e tenho de 2021 que virou uma ZPAM, virou ZPAM e ZPAG. **Sra. Heliana**: 2021? Precisamos ver. **Sr. Manoel**: Isso, foi tirado o Uso de Solo e já está como ZPAM. **Sra. Heliana**:Fiquei curiosa, vou tentar saber. Está bom? **Sr. Kiko**: Para identificar lá, é Tineciro Icibaci com Estrada W. aí você consegue localizar a área, que está demarcada já também. **Sra. Heliana**:Está bom. Obrigada. Em relação aos pontos de ônibus, não tem jeito, tem que ser com a SPTrans mesmo, eles que verificam. Temos conversado bastante com eles, se nós descobrirmos alguma forma de fazer que seja mais fácil, avisamos vocês. Não sei quem perguntou sobre as propostas, a Fátima, pode mandar ainda enquanto estivermos trabalhando com nossos processos participativos. **Sra. Patrícia**: Heli, só uma questão com relação a isso, essa foi a única reunião que nós fizemos fora já com o participio fechado, eu penso que podíamos combinar um prazo com o conselho porque também vamos precisar fechar essas contribuições, talvez que sejam encaminhadas até o dia 31, final da semana que vem. **Sra. Heliana**: Mais uma semana podem dar para eles. 31 é segunda-feira. Até 31 vocês encaminham, mas via Conselho. **Sra.Patrícia**: Isso, encaminha por e-mail para a Ana Maria e ela nos remete, só para termos um prazo, tudo bem? Mais uma semana. **Sra. Heliana**: Obrigada, Patrícia. Nunes falou de um assunto bastante importante, todos os assuntos são importantes, mas ao mesmo tempo são complexos, então vou começar de trás para frente. Em relação ao que aconteceu no plano diretor desde 2014, é o que falamos que temos feito em Planurb, que é o monitoramento. Então o monitoramento vem acompanhando tudo aquilo que está sendo aplicado na cidade em virtude do Plano diretor. Agora no início do ano, em abril, nós apresentamos o diagnóstico, que foi uma leitura um pouquinho mais crítica daquilo que estávamos acompanhando. Olhando exatamente o que funcionou, o que não e porquê não. Então essas questões relacionadas com os instrumentos estão todas lá, tem instrumento que realmente foi aplicado e tivemos uma aplicação pequena, teve os que sequer conseguiram ser aplicados. Os instrumentos indutores da função social da propriedade também temos essa diferenciação. O PEU, que é um instrumento que foi aplicado, ele tem áreas de atuação, acho que responde também o que o Kiko falou, essas áreas estão definidas no Plano Diretor e são vamos dizer que praticamente a cidade inteira, só que tivemos um escalonamento de priorização para notificação, então aqueles imóveis ociosos aqui no centro são prioridade, depois as ZEIS, na cidade inteira podem ser notificadas, algumas operações urbanas, como a da Água Branca, aqui no Centro não precisa nem falar, porque a subprefeitura engloba operação urbana. Acho que a subprefeitura da Mooca e o eixo da Santo Amaro, essas áreas são áreas prioritárias de notificação. As ZEIS, como falei par vocês, 2, 3 e 5, a 4 não porque está em Manancial e tudo mais, essas áreas nós continuamos notificando, tivemos uma parada por conta da pandemia, mas é sempre interessante termos a ajuda de vocês, de virem com a informação como denúncia, informar – Esse imóvel está ocioso, está numa área dotada de infraestrutura. Nós vamos verificar se ele está dentro da área de atuação e notificar o proprietário, então é sempre importante ter esse olhar da população também para notificar. Esses imóveis foram notificados, foram para o IPTU progressivo, dentro do nosso diagnóstico nós percebemos que o que temos são poucos instrumentos para finalizar o uso desses imóveis, nós conseguimos notificar, conseguimos fazer com que o proprietário pague o IPTU progressivo, mas ainda temos instrumento que depende da vontade do proprietário de dar uso. Ou da vontade ou da disponibilidade, às vezes pode ser até que exista algum tipo de problema em que ele não consiga dar uso. O que verificamos é que falta os instrumentos que ajudem a iniciativa pública a dar uso a esse imóvel, como é o caso da desapropriação e sanção por títulos da dívida pública, que é como se fosse a finalização do instrumento, do instrumento indutor da função social. Ele estava com problema até algum tempo atrás e tem um prazo de vigência de começar a ser aplicado depois de cinco anos de IPTU progressivo, então também se iniciou esse prazo no meio da pandemia e ele tinha alguns problemas que são de ordem burocrática, digamos, é um instrumento que tem que ser por título da dívida pública, então tem que ter possibilidade de o município emitir esses títulos, que estávamos impedidos até algum tempo atrás. E ele precisa ser levado para o cenário para ser aprovado. Então é uma burocracia. O que estamos fazendo em Planurb junto com o pessoal de CPEU, que é quem está notificando, junto com as outras esferas dentro da Prefeitura, estamos estudando outras formas para ver se conseguimos colocar dentro do plano diretor outras formas de fazer com que o público consiga fazer uso desses imóveis, É nesse sentido que estamos trabalhando. Porque a desapropriação do imóvel comum, mesmo ele sendo notificado ou não, o Secretário já informou, é o Presidente da COHAB também? Já falou sobre as desapropriações, isso acontece normalmente e é o que podemos fazer, aquilo é o mecanismo que é vigente, Relacionado com a função social da propriedade, o que temos é esse. Desapropriação por título da dívida pública e tem que demorar 5 anos e tem que ser aprovado pelo Senado, então alguma forma de ajudar com que esses instrumentos fiquem mais fáceis de serem aplicados, então são esses instrumentos que estamos estudando lá. Temos na previsão de arrecadação por abandono, que são aqueles que não aparece proprietário, então não tem proprietário, não tem herdeiro, não tem cuidado, não tem quem esteja na posse do imóvel, aí sim a Prefeitura pode fazer essa arrecadação, vem um mecanismo que não é só do Plano Diretor, tem dentro do nosso código civil, nós também temos a previsão do Consórcio Imobiliário, que entendemos que ainda faltam algumas pecinhas para conseguirmos regulamentar e fazê-lo funcionar, já avançamos em algumas coisas em relação a isso, precisamos verificar o que vamos fazer de revisão nesse plano para a partir daí fazer a regulamentação desses instrumentos já com essa nova versão da lei para colocar em prática, então é nesse sentido que estamos trabalhando. Se tiver interesse, dá uma olhadinha no site do Plano Diretor SP, estão todos os relatórios em relação ao diagnóstico, monitoramento, aí você vai ver todos os números do que está acontecendo. Em relação aos empreendimentos, é uma preocupação que temos também, estamos nos debruçando todos os dias no assunto, eu tenho a impressão de que agora nosso gabinete está conversando sobre esse assunto enquanto estou aqui com vocês e estamos também estudando uma forma de resolver, acredito que precisamos de uma conversa bastante estreita com SEHAB para conseguir resolver essas coisas, porque são competências das duas pastas. A Fátima falou a mesma coisa relacionada com imóveis ociosos. Em relação ao desvirtuamento das unidades de HIS, então acho que a resposta também vai nesse sentido. Temos esses problemas, nós verificamos, percebemos que tem um problema e estamos estudando uma forma de solucionar. Por isso é importante também a proposta de vocês, se tiverem alguma coisa que vem em mente e que pode colaborar. É sempre bem-vindo. o Kiko falou também sobre as áreas ociosas, não tem jeito, temos que continuar notificando, continuar contando com a ajuda de vocês para fazer as denúncias, que fica muito mais fácil quando alguém está lá vendo e vem dar o endereço para o técnico conseguir fazer a vistoria, porque tem que ser um trabalho in loco, verificar se ele está dentro da área de atuação, ele é uma área que está ociosa porque o proprietário deixou mesmo, porque pode ter outro tipo de problema e aí sim notificar e cobrar IPTU progressivo. Então acredito que é isso. Faltou alguma coisa? Você tem o endereço ai e quer nos passar? Nós verificamos se foi notificado ou não. Se não foi, ou respondemos porquê não foi ou falamos para o pessoal ir notificar porque a Conselheira indicou esse imóvel e é importante que seja notificado. Está bom? Mais ou menos isso, o que precisa ser apresentado para o Senado é a proposta para emissão do título da dívida pública, isso tudo está dentro do Estatuto da Cidade, é desse jeito que foi desenhado no estatuto, que a desapropriação e sanção vão ser feitas através da emissão de títulos da dívida pública e tem que ser aprovado pelo Senado. Parece que em algum momento lá atrás, eu não tenho memória disso, tínhamos um setor aqui dentro da Prefeitura que era autorizado a emitir títulos, isso foi muito próximo da aprovação do estatuto da cidade. Depois disso esse órgão foi fechado, principalmente porque se proibiu a emissão, isso com questões federais, para poder se fazer valer isso, agora precisa ser levado para lá e eles precisam analisar. E entendemos que vai ter que ser por proposta, então tem que ter o imóvel, o imóvel tem que estar em condição de ser desapropriado através desse instrumento, ele tem que estar relacionado como interesse da prefeitura em dar o uso principalmente social, ser submetido ao Senado e lá aprovado. Como falei para vocês, temos ainda alguns imóveis só que chegaram nessa situação e que talvez nem todos tenham essa característica que seja interessante para moradia, principalmente. **Sra. Antônia**: Boa tarde. É um assunto importante que estamos trabalhando, são propostas interessantes, tenho certeza que o pessoal vai colaborar e melhorar o texto de forma a trabalharmos a Habitação de Interesse Social de fato. O pessoal estava falando muito sobre os imóveis abandonados no Centro, não é de hoje que todo mundo pede ajuda dos movimentos, para nós apresentarmos os terrenos para a cidade, os prédios abandonados. O fato é que a pandemia trouxe uma situação muito conflitante e muito interessante na cidade, houve sim muitas ocupações de solo, ocupação de terra porque as pessoas não tinham mais como pagar aluguel, perderam emprego, não tinham o que comer, mas isso é uma história que todo mundo já sabe, estamos sempre repetindo. Em relação a trazemos aqui na COHAB prédios e terrenos abandonados para que se trabalhe a desapropriação, isso sempre temos feito há anos. Vocês falam – Traz que vamos ver e melhor forma de trabalhar isso. Mas tenho aqui na Avenida São João um prédio há doze anos ocupado, eles têm uma dívida enorme, na verdade não paga imposto nenhum, o proprietário está morando em Portugal, não pode entrar porque tem uma dívida com a família, não paga pensão. E temos vindo todo ano apresentar esse prédio, mostrar esse prédio, a importância de desapropriar porque tem toda essa problemática. "Eles estão em separação, tem a questão dos bens, está na justiça, tudo mais". E isso foi passando, todo ano trazemos aqui há doze anos. Não são doze dias. Acabou que agora o prédio foi para leilão com as famílias morando lá dentro há doze anos. Eu mandei, tenho o WhatsApp do Secretário - Secretário, o prédio foi para leilão. Se um prédio desse vai para leilão, qual é o comportamento e como vocês trabalham aqui, se estão acompanhando esse imóvel, como a COHAB age em relação a isso? A COHAB participa desse leilão, tem como participar do leilão? Porque já existe toda uma situação com famílias morando lá dentro há doze anos. Existe também a questão de apresentarmos esse prédio, as famílias já vieram na COHAB também, em movimentação para poder desapropriar o prédio, contou a história do prédio, nós sabemos a história do prédio, as famílias abem da história do prédio, nós como conselheiros municipais também sabemos. Essa é nossa obrigação. São essas pessoas que vão lá e votam para nós os representarmos aqui em SEHAB, COHAB. Deveríamos falar muito sobre essa questão aqui. A minha crítica é que nós vimos sim, colaboramos sim, inclusive tudo o que é feito aqui em COHAB e SEHAB os movimentos colaboram, nós somos convidados para esse processo, até porque nós estamos convivendo diariamente, estamos com esse público e sabemos as dificuldades que existem também com as famílias de baixa renda. Para nós é prazeroso estar aqui e colaborar. Agora, precisamos também que tenha um retorno de COHAB e SEHAB em relação a tudo isso. E um olhar também para isso, o plano diretor está aí para garantir isso. Está certo? Eu gostaria que me respondessem, vocês poderiam ter entrado nessa questão, já que mandei a informação diretamente para o Secretário, para poder viabilizar esse prédio para essas famílias que estão lá há doze anos? Porque essas famílias que estão lá há doze anos devem ter o atendimento garantido. Não concorda, Secretário? Porque são muitos anos, então tem toda uma tratativa para essas famílias irem para sua habitação de interesse social. Está certo? Mas se existir a possibilidade de aquisição desse prédio, porque isso foi se postergando e agora chegou na situação que chegou. E não é só esse, várias outras situações acontecem em que perdemos o timming, como dizem aqui mesmo. Vocês sabem disso, o pessoal que faz uma luta séria e organizada no movimento. E falam que nós perdemos o timming. Não somos nós quem perdemos, estamos aqui direto, estamos fazendo denúncia, trazendo, se movimentando. Muitas vezes quem perde o timming é a própria COHAB e SEHAB, nesse contexto que estou colocando e nessa conjuntura que apresentamos e não é de hoje e trabalhamos aqui com vocês. Vocês são parceiros, não estamos negando a parceria de vocês, é que existe uma questão burocrática que só acontece quando se trata do trabalhador de baixa renda. Se fosse uma outra situação, talvez as coisas acontecessem de forma mais rápida e de fato atenderia essas famílias. Está certo? Muito obrigada. **Sr. Leonardo**: Como é uma pergunta não necessariamente pertinente ao PDE, vou responder. Está falando do São João? Da 288. O que acontece, temos a informação do leilão, nosso pessoal de Soluções de Conflitos, de mediação, tem acompanhado de perto essa situação, vamos ter uma reunião ainda essa semana, quando digo nós, é a equipe de SEHAB junto com o Secretário João Farias para debater sobre o assunto e entender como poder intervir ou não nessa situação, visto que é uma demanda judicial. Então quando você tem a judicialização do privado, é isso que quero que vocês entendam, não é falta de vontade do público da Prefeitura de modo geral, de atender os movimentos, as necessidades. É como o Peixe falou aqui, tirando vocês mesmos, as pessoas que estão lá na situação, os próprios movimentos, nós somos os maiores interessados em resolver isso. Não há interesse nenhum do Prefeito, do Secretário, da gestão, de postergar ou de protelar a solução, não é interessante para ninguém, é que as burocracias existem, você viu, a Heliana acabou de colocar aqui uma burocracia absurdamente grande que existe dentro de um procedimento. E nós somos obrigados ao cumprimento da lei, não podemos, não existe jeitinho, não existe subterfúgio, não existe emenda para isso. Então ou seguimos o rito, ou ficamos impossibilitados de agir. Infelizmente às vezes o rito não demanda só uma ação do poder público, ele demanda uma ação que é judicial, então envolve decisão de juiz, do juízo competente, em que temos a obrigação de cumprir a sentença. Então existe uma boa vontade da gestão em resolver o problema e estamos atentos a essas questões, porém infelizmente nem tudo está no nosso alcance de uma resolução dentro do prazo que nós gostaríamos, do timming que gostaríamos que as coisas acontecessem. Infelizmente também, temos que colocar, isso é uma realidade, há muitas vezes mudanças de direcionamento de prioridade de gestão para gestão, não estou aqui para falar de gestões, mas isso acontece, é uma realidade. Hora há prioridade X, hora Y. Porém o que quero dizer é o seguinte, nossa gestão, Prefeito Ricardo Nunes, Secretário João Farias, COHAB, pessoal de SMUL, inclusive quero parabenizá-los de antemão pelo trabalho árduo que eles têm feito, eu tenho acompanhado, também sou membro do CMPU e vemos a ampla discussão que é feita do tema, não só lá, mas em todos os conselhos pertinentes. É um trabalho que eles estão se debruçando há muito tempo, tivemos também uma interrupção do processo por conta do período pandêmico, então temos que levar em consideração e quero parabenizar a equipe do Secretário Gadelho, Zé Armenio também tem se debruçado pessoalmente nessa demanda muito fortemente, é uma pessoa de grande competência, toda a equipe muito técnica, muito competente, quero parabenizá-los mais uma vez, então vemos o esforço na SEHAB dos nossos técnicos, se debruçando literalmente para a construção dessas soluções. Porém, além de ser um trabalho muito complexo, é muito complexo, estamos falando de toda a cidade, que é um país, estamos falando de São Paulo

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
terça-feira, 13 de dezembro de 2022 às 05:00:49

com seus doze milhões e meio de habitantes, isso aqui é um país com muitas particularidades, é uma capilaridade enorme, e problemas estruturantes que existem há muito tempo. Então tem coisas que não tem fácil solução, por exemplo, a regularização fundiária não é de fácil solução, a questão dos imóveis desocupados, não é de fácil solução. A questão dos imóveis do Centro, já tivemos um avanço com a questão da ordem agora com o Prestes Maia, já é um primeiro passo muito importante dentro de todo esse processo, é icônico, só que as coisas não andam necessariamente na velocidade que gostaríamos que andassem por conta da própria burocracia e também questões que transpassam ou perpassam a nossa competência, então tem coisa que não está dentro da nossa competência que a nossa não enquanto poder público não alcança, quer seja por impedimento legal ou até mesmo pela ausência da legalidade ou da legislação para que aquilo seja executado, como eu disse antes, somos obrigados a fazer o que consta em lei, então se não consta na lei não tem jeitinho, vamos ter que construir, é por isso essa ampla discussão e participação da sociedade civil é extremamente importante para isso, como você mesma disse, vocês estão na ponta e vivenciam a dificuldade, acompanham há anos esses processos e problemáticas da cidade e tem todo esse histórico, todo esse legado que é importantíssimo que vocês compartilhem com a gestão para que as decisões possam ser tomadas na direção certa. É claro, nem tudo pode ser acolhido, por exemplo, centenas de propostas apresentadas nas Audiências Públicas, em todos os mecanismos que foram colocados à disposição da população, nem tudo vai ser acolhido porque não dá, até porque às vezes a proposta ofertada diverge muito do que já existe, como estamos falando de uma ação revisional da lei, não podemos modificar totalmente a legislação. É como disse no início da fala, é um ajuste de curso. Como o Nunes falou, é olhar o que fizemos no diagnóstico que elas apresentaram no começo do ano, olhar no diagnóstico que foi feito pela equipe da prefeitura, de SMUL, em especial, entender o que foi feito, em que proporção, o que pode ser melhorado para isso ser alcançado, se funcionou ou não, por que não funcionou. Agora é fazer, em parceria com a sociedade civil, exatamente esse ajuste no curso. Imagina, isso é um grande navio, para mudarmos o curso de um grande navio demanda bastante tempo, infelizmente, quando o barco é pequeno, quem aqui já andou de lancha, já navegou em barco pequeno? Você só dá uma pequena virada no timão e ele vira 180 graus, agora, um grande navio, para que você faça uma inversão de curso, é mais demorado mesmo. E estamos falando da cidade de São Paulo, as mudanças tendem a ter uma morosidade natural nesse sentido. Mas o que quero colocar é que a situação exposta está sendo acompanhada e faremos todo o possível para ajudá-los nessa situação. **Sra. Antônia**: Vamos marcar uma reunião específica para conversarmos sobre a questão da 288 e também falar sobre a 588, acho que o senhor está acompanhando também o que aconteceu e precisamos de um retorno rápido. **Sr. Leonardo**: Perfeito. Vamos marcar a reunião, até para darmos andamento, temos ainda outra pauta que não diz respeito ao pessoal de SMUL e quero poder liberá-las para voltar às atividades na Secretaria. Se alguém tiver mais alguma dúvida, questionamento, gostaria que o fizessem. Se estiverem satisfeitos, deixo aberta a fala para Patrícia, Heliana, para considerações finais, até para que sejam liberadas da nossa reunião e darmos seguimento à pauta e encerramento da nossa reunião de hoje. **Sra. Patrícia**: Secretário, muito obrigada, quero agradecer mais ema vez o espaço, agradecer a participação de todos vocês. Conforme foi proposto aqui pela Fátima e a sugestão da Heliana, deixaremos mais uma semana para os conselheiros deixarem propostas, encaminharem propostas para o e-mail da Secretaria Executiva, vou pedir por gentileza para Ana Maria informar todos os conselheiros dessa possibilidade, aí deixamos uniforme e vai ficar até dia dois. **Sra. Antônia**: Até dia 03, dia 02 é feriado. **Sra. Patrícia**: Feriado, então até o dia 03 de novembro. Conforme for chegando a Ana nos encaminha, combinado? Acho que é só isso para garantimos o espaço para continuidade de apresentação de propostas e também não comprometer o trabalho da equipe aqui. Muito obrigada, boa tarde, bom trabalho a todos vocês. **Sra. Heliana**: Eu também só quero agradecer, agradecer a oportunidade de falar aqui com vocês e deixar à disposição, nossas portas estão abertas lá em Planurb, estamos à disposição para ajudar, não só agora, mas sempre. A hora em que for preciso. **3 – Informes sobre a eleição, Sr. Leonardo:** Dando continuidade, já encaminhando para o encerramento, ainda temos o item 3, que são informes relativos à nossa eleição, que já está pertinho, finalmente vai sair. Agora dia 06 de novembro vamos ter a eleição do CMH. Só para contextualizar, nós já tivemos ambientação de teste pela comissão eleitoral, tivemos por parte da CODAM a entrega definitiva do sistema, já está homologado, já temos todos os processos realizados internamente, as contratações que deveriam ser feitas também já estão todas feitas ou encaminhadas, já tudo preparado, todas as estruturas também, o pessoal de SMUL, de SMSUB, das subprefeituras, foram muito solícitos, nos ajudaram bastante nesse processo, disponibilizaram, só para vocês terem ideia de quão complexa é a coisa, vamos ter mais de 600 pessoas, não é, Ana? **Sra. Ana Maria:** Quase 600 funcionários. **Sr. Leonardo**: Quase 600 pessoas envolvidas no processo eleitoral no dia 06, entre funcionários, GCM, entre toda a infraestrutura. **Sra. Ana Maria:**Não, 600 só funcionários trabalhando, foram CGM, PRODAM, fora os apoios. **Sr. Leonardo:**Fora os apoios, então mais de 600 pessoas trabalhando no dia, ou seja, é um pleito de grande envergadura, de grande importância, nos preocupamos muito em trazer a lisura para o processo, a transparência necessária, com a participação dos nossos Conselheiros, a qual eu agradeço demais em todo esse processo, principalmente daqueles que compuseram a comissão eleitoral. O pessoal foi muito solícito, muito atencioso com tudo o que foi colocado, colaboraram muito na construção desse modelo, que é novo, inovador, em que vamos ter uma flexibilidade de votação bastante grande na cidade, o que ao meu ver é muito positivo, quando damos oportunidade de as pessoas terem fácil acesso ao pleito, facilitamos a democracia. Acho que quanto mais fácil for o processo, quanto mais acessível for o processo, mais transparente, mais rápido, menos burocrático, claro, que garantindo a segurança do processo, garantindo a idoneidade do processo, mas quando trabalhamos com visão de trazer tecnologia, uma infraestrutura inovadora para o processo eleitoral conseguimos ter um resultado mais positivo, acredito que inclusive para as chapas que estão concorrendo, isso é bastante positivo porque permite que seu eleitorado, ainda que esteja diluído na cidade, fragmentado, consiga ter acesso aos pontos de votação, então quero compartilhar isso com vocês, há um esforço muito grande da Secretaria, principalmente da Ana. **Sr. Kiko:** Vai liberar o transporte também, ou não? **Sr. Leonardo:** Infelizmente não temos essa prerrogativa, mas dia 30 agora o Prefeito vai liberar para as eleições gerais, porém na questão do nosso pleito não está previsto isso, porém temos essa flexibilidade, o que acho muito bom, porque evita exatamente esse custo de deslocamento das pessoas. Seria legal, mas infelizmente não temos. Pois não, Nunes. **Sr. Nunes:** Qual é a inovação? **Sr. Leonardo:** A inovação é o seguinte, não sei se você acompanhou o processo, antes as pessoas obrigatoriamente tinham que ir em determinado ponto de votação. Hoje, como o processo é integrado e existe um banco de dados central que computa automaticamente os votos da cidade, então não tem mais a questão de a pessoa ter que obrigatoriamente votar somente naquela zona eleitoral. Entendeu? Por exemplo, eu voto na Casa Verde, na 255, porém estou aqui no Centro no domingo, eu vim aqui fazer uma compra, eu vou aqui na subprefeitura da Sé ou da Mooca e voto aqui. Desde que eu apresente meu título de eleitor para comprovar, fazendo a cara crachá, que eu sou um eleitor de São Paulo capital, eu posso votar em qualquer área. Então estou visitando um familiar, fui lá na mamãe, na vovó, no meu irmão, você está trabalhando às vezes, a pessoa mora num lugar, vota num lugar, mas está trabalhando naquele domingo, ela vai votar na hora do almoço, então vai ter essa possibilidade. E essa inovação é muito legal. A PRODAM se debruçou para construir essa ferramenta ao longo desses últimos meses, nós forçamos bastante a barra para que conseguíssemos chegar no melhor modelo, no melhor formato e com a melhor tecnologia possível, os conselhos tiveram oportunidade de ir até a PRODAM fazer o teste da urna, fazer a homologação, foi muito legal essa participação também, então eu trago de antemão essas informações, abro palavra para a Ana também fazer suas observações, porque ela tem acompanhado o processo de ponta a ponta, Ana sempre muito multiuso, nossa Bombril aqui nos ajudando sempre com toda a equipe, aí eu abro a palavra para ti, Ana, para observações que você acha pertinente falar, de repente de alguns processos e ritos que vão acontecer no dia, seria legal também confirmar as questões de horário, enfim, se puder fazer esses apontamentos, acho interessante, até para ter sua participação. **Sra. Ana Maria:** Eu tinha preparado uma apresentação, que está sendo utilizada e foi utilizada para o treinamento para os funcionários que vão trabalhar, tivemos 300 funcionários que assistiram ao vivo esse treinamento que realizamos no dia 20 e no dia 25, já tivemos 700 visualizações desse treinamento porque ele está gravado, no primeiro já tivemos mais 700 visualizações, acredito que no segundo também, então creio que nessa eleição ele está sendo o treinamento mais volumoso que podia ter sido feito em razão de termos utilizado a ferramenta da Microsoft Teams, eu fazia uma apresentação dizendo quais eram as normas dessa eleição, para todo mundo que está trabalhando nas subprefeituras ter conhecimento do que que é, como é e quem é esse Conselho, quais são essas vagas que estamos trabalhando para eleger e também para efeitos de dúvidas, isso está gravado e podem a qualquer momento fazer uso da gravação e tirar as dúvidas. Também preparamos um material que foi entregue, acho que está acabando de ser entregue hoje a todas as 32 subprefeituras, cada presidente ou vice-presidente está vindo no nosso setor buscar uma sacola onde está sendo acondicionada a urna de lona, uma resma de papel, canetas suficientes para todos que vão trabalhar naquele local de votação, crachás, lista de presença, quantidade de lanches que serão oferecidos ao pessoal que vai trabalhar no dia da eleição, esclarecendo sempre a quem estará trabalhando que o horário que eles têm que chegar lá é oito da manhã, antes de abrir o local para votação dos eleitores, e permanecerem até o último eleitor, a eleição se encerra às cinco horas, mas se tiver eleitor dentro da subprefeitura, ele poderá exercer seu direito ao voto. Eu não sei, acho que pode ser uma apresentação um pouco longa, nós apresentamos rapidinho, pegando só os pontos principais. Peço o próximo slide, em que falo o horário da eleição propriamente dita. Frisamos que o eleitor pode se dirigir a qualquer uma das subprefeituras, munido do título de eleitor e um documento com foto, ou número do título de eleitor, ou e-título. Damos também alguns links onde o pessoal do treinamento poderia acessar para ter conhecimento de mais informações. Próximo. Informamos qual foi o decreto do Prefeito que pediu que convocássemos os funcionários para trabalhar no dia da eleição e vai ser concedido dois dias de folga para quem trabalhar, nossa preocupação inicial é que não estávamos recebendo, eu coloquei um link onde as pessoas podiam se inscrever para serem mesários, presidente, para ser a pessoa que vai dar apoio na eleição. No começo não estava tendo muito acesso, mas conseguimos, felizmente, ter quase 600 pessoas trabalhando nesse dia. Então foi um empenho muito grande. Informamos quem são os eleitores que vão poder votar numa das quatro chapas que temos, sempre frisamos que existem 4 chapas e que os conselheiros que vão ser eleitos vão ocupar as 16 vagas a eles pertinentes no Conselho Municipal de Habitação. Frisamos novamente quais são os documentos que o eleitor tem que levar. Falamos quais são as quatro chapas. O voto é eletrônico, ele pode escolher apenas uma das chapas, ele digitará no teclado o número da chapa, se houver deficientes visuais, o voto é feito em cédulas especiais, que serão fornecidas pela PRODAM no dia da eleição, cédulas em papel também estão disponíveis em caso de queda de energia, esperamos que isso não aconteça. Por isso também que o kit eleição, que chamamos, leva uma urna de lona junto, para que os votos sejam depositados. É oferecido um comprovante de votação para cada eleitor logo após ele ter votado, ele não pode vir depois e pedir. Ele votou, deixou o documento dele aí, se dirigiu à urna, votou, como na eleição majoritária, ele retira com o próprio mesário o comprovante de que ele realizou a votação. Foram inscritos fiscais, como estava previsto no edital, cada chapa apresentou até dois fiscais por subprefeitura, a única chapa que não quis apresentar nenhum fiscal foi a chapa 101. Esses fiscais vão estar com crachá de identificação, então qualquer um que estiver ali trabalhando pode ver que os fiscais podem ter livre acesso à parte que está sendo realizada a votação, ele pode também pedir para o presidente registrar no livro de ocorrências qualquer anormalidade. Os votos são apurados por meio eletrônico através do data center da PRODAN, os que forem em processo manual, o presidente da seção abre a urna de lona, conta junto com os mesários e fiscais os votos de cada chapa que foram ali depositados, apresenta um relatório que é entregue ao funcionário da PRODAN, porque em todas as subprefeituras teremos um ou até dois funcionários da PRODAN ajudando nesse processo. Esse funcionário da PRODAN transmite também essas informações das cédulas em papel para o data center da PRODAN. As vagas são distribuídas através da representação proporcional, aí mostramos como é calculado o quociente eleitoral e como é que as chapas se distribuem mediante esse quociente eleitoral. No próximo eu faço uma explicação de que chagamos nos votos válidos, supondo que eu tenha de votos válidos, tirando os nulos e em branco, um total de 40 mil votos, esses 40 mil são divididos por 16, dando um quociente eleitoral de 2500, quem tiver, por exemplo, abaixo de 2500 votos, a chapa que apresentar abaixo, nesse exemplo hipotético que estou colocando, está fora. Quem tem 2500 para cima está dentro, aí contamos, vamos supor que uma chapa teve 20 mil votos, vamos dividir 20 mil por 2500, ele vai ter direito a 8 vagas no conselho. E assim sucessivamente, como sempre ocorreu. Se houver empate também a vaga remanescente será distribuída por sorteio, que será realizado pela Comissão Eleitoral. Eu já tinha falado que quem não alcança o quociente eleitoral está fora. Quais são as atribuições de presidente, vice-presidente e mesário, foi explicado também essas atribuições para os funcionários que vão trabalhar. Aí temos o elenco de atribuições detalhado, isso também estamos colocando no site da Eleição CMH, no site da Secretaria de Habitação que vocês poderão acessar. O vice-presidente exerce as mesmas funções do presidente em sua ausência. Vamos supor, o presidente foi almoçar, saiu um pouco da sala, o vice é o responsável. Os mesários são as pessoas que vão receber o título de eleitor, registrando o número desse título no computador e orientando ao eleitor qual urna ele se dirige para realizar seu voto, ele quem deve entregar o comprovante de votação devidamente rubricado, sempre que houver alguma intercorrência, alguma ocorrência negativa, tudo isso é registrado em relatórios de ocorrências. Temos também os apoios aos mesários, aí depende de o Presidente distribuir sua equipe na forma que melhor achar que vai ser interessante e mais eficaz. Colocamos também que teríamos o apoio da Guarda Civil Metropolitana, pedimos para a guarda encaminhar um efetivo para cada local de votação para conter qualquer intercorrência e até ajudar os deficientes a se dirigirem às urnas. Não tenho certeza se eles vão efetivamente comparecer, porque em eleições anteriores, eles ajudam até a trazer as urnas de volta, o material que foi utilizado de volta, a zerésima que foi assinada, tudo isso de volta aqui para a Secretaria, não temos essa confirmação por parte da GCM, então tenho pedido para que cada presidente ou vice após a eleição ou venha aqui que estaremos esperando no nono andar, ou venha no dia seguinte, porque muita gente está longe, muita gente que se inscreveu é mulher, não vai querer se expor a ir à noite após o término da eleição, e nós demos horários que eles podem fazer a entrega do material no dia seguinte, no dia 07. Informamos quem é a Comissão Eleitoral, quais foram as atribuições dessa Comissão Eleitoral, que elaborou o edital, as normas, tudo isso foi produzido por essa Comissão Eleitoral tripartite. O horário, eu sempre friso que o pessoal tem que começar desde as oito da manhã e só podem ir embora após o presidente da zona eleitoral autorizar, se os trabalhos estiverem encerrados. Sempre falo da recompensa de o pessoal poder ter dois dias de folga, que podem usufruir até dezembro do ano que vem. Um modelo do relatório de ocorrências que vai dentro da pasta que foi fornecida para eles imprimirem, tirarem cópia no local e registrarem qualquer ocorrência que acontecer em cada Zona Eleitoral. E também se houver eleição de forma manual, qual é o tipo de formulário para termos o controle mais eficiente de quem fez voto de contingência por falta de energia. O modelo de protocolo que na hora que eles estão levando todo o material que está nessa sacola plástica, assinam esse documento do que contém nessa sacola e quando voltarem também entregam esse mesmo documento que estão em posse, eu também tenho uma cópia, o que ele está nos entregando, os servidores que estão trabalhando no local de votação. Pronto. Foi isso. **Sr. Leonardo:**Obrigado, Ana. Gostaria de abrir para alguma pergunta, questionamento. **Sra. Mariza:**Olá, boa tarde. Meu nome é Mariza. Ana, não vai ter carro disponível para levar ou trazer o pessoal para cá? Você falou que quando terminar... **Sra. Ana Maria:** Não, nunca teve carro disponível. **Sra. Ana Maria:** Nunca. O que havia era que a GCM queria passar nos locais de votação e trazia de volta. **Sra. Ana Maria:** Recolhia, como não tivemos essa oferta até o momento, então eu tomei o cuidado de pedir para as pessoas que trabalham, ou presidente e vice, que tragam no dia seguinte ou podem mandar um portador trazer. Da mesma maneira que ele está vindo aqui buscar esse material. **Sra. Mariza:** Está certo. Outra coisa, só queria saber se está atualizado, porque segunda-feira estávamos na União e verificamos que quando solicitávamos o QR code não estava apresentando que tínhamos disponibilidade para votar em outros locais. Está atualizado o sistema? **Sra. Ana Maria:** QR code de onde? **Sra. Mariza**: QR code da votação. Quando abriamos o QR code não estava bem claro para nós apontando que poderíamos votar em outros locais, como você colocou. Nós achamos super interessante. Nós somos fiscais, se vamos estar na subprefeitura de Itaquera, podemos votar em Itaquera, não preciso ir para a Cidade Tiradentes, que é meu ponto de votação. **Sr. Leonardo**: Se isso não está vinculado àquilo que a PRODAN tinha colocado, quando a pessoa colocasse a pesquisa para ver onde poderia votar, quando ela colocasse a zona eleitoral, a subprefeitura sugerida seria aquela que pertence a Zona, mas é uma sugestão, não é uma obrigatoriedade, entendeu? É isso. **Sra. Mariza:**Tem que deixar bem claro. **Sr. Leonardo**: Só tem que ver como está, ela não entrei no site esses dias, eu não sei. **Sra. Ana Maria**: No site eu não vi nada. **Sr. Leonardo:**Tem que ver como eles fizeram isso e talvez pedir só para colocarem lá que ali é uma sugestão. **Sra. Mariza**: Não é uma obrigatoriedade. **Sr. Leonardo**: Os mesários já estão instruídos. Eles já foram treinados, eles sabem disso. **Sra. Ana Maria:** Saiu anteontem um comunicado no Diário Oficial, eu pedi para a Rafaela colocar no nosso site informando. Aqui estão as subs com os locais de votação, mas você pode votar em qualquer local. Isso está. **Sra. Mariza**: O Miguel já falou, mas acho que é importante nesses pontos de votação ter um cartaz bem grande explicando a primeira apresentação sua, que podemos votar em todas as subprefeituras, a apresentação que você fez agora. **Sra. Ana Maria**: Olha, não acho que é só lá, porque se a pessoa já chegou numa subprefeitura, ela vai olhar que ela pode votar, ela vai votar lá, ela não vai sair de lá, acredito eu, e votar em outro lugar. O que é importante é saber a priori. **Sra. Mariza:** É para garantir. **Sra. Ana Maria**: De antemão, não na hora que ela está lá. **Sra. Mariza**: Outra coisa, vocês falaram da estrutura, para os fiscais que ficarão o dia inteiro, também teremos aporte ou cada fiscal dos movimentos se viram. **Sra. Ana Maria**: Aporte do que? **Sra. Mariza**: Estrutura, lanche. **Sra. Ana Maria**: Não, isso não foi calculado. Desculpa, mas cada eleição eu aumento a quantidade de lanches, nessa eu não pensei nisso. **Sr. Miguel**: Queria pedir a gentileza da Ana para nos mandar esse material, como ela sempre mandou. **Sra. Ana Maria**: Claro, **Sr. Miguel:** A outra, eu não vi essa publicidade dos informes das eleições nos pontos de comunicação, pontos de ônibus, nos ônibus, a publicidade. Talvez estejam deixando para a próxima semana porque nessa ainda tem uma confusão de eleição aí, estamos num momento muito crítico. **Sra. Fátima:** Estava lembrando... **Sra. Antônia:** Eu vi outdoor. **Sra. Fátima:** Mas eu não vi nos ônibus como é costume de colocar nas informações nos ônibus, eu falo porque eu não vi nenhum ônibus com essa comunicação, **Sr. Leonardo:** Temos nos órgãos públicos a publicidade disso, nas subprefeituras tem os cartazes, aqui na Secretaria. Essa questão dos ônibus, realmente não estava no plano de mídia fazê-lo dessa vez, precisamos verificar, trabalhamos muito pela internet, estamos trabalhando muito na divulgação digital, a qual aconselho inclusive aos movimentos e todos os partidos mandarem para o pessoal o máximo de informação possível digital também. **Sra. Fátima:** É que nem todo mundo passa nas subprefeituras todos os dias e os ônibus todo mundo pega condução para ir trabalhar todos os dias. Eu me lembro, todas as eleições, inclusive a última, tiveram dentro do ônibus aquele jornalzinho. Sentamos no banquinho e todo mundo tem acesso a ver. Nem todo mundo também tem digital, tem celular. Mesmo que nós enquanto movimento divulguemos, não é a mesma coisa de uma Prefeitura divulgar num meio público, porque o público são os ônibus que as pessoas vão tomar e vão entender que tem uma eleição naquele dia. **Sr. Leonardo**: Entendi. No caso da publicidade dos ônibus, é mais uma das ferramentas, temos utilizados outras ferramentas de publicidade para publicizar as eleições, mas fica aqui registrado o apontamento, eu acho importante, Ana. De repente, verificar se temos ainda tempo hábil de tentarmos fazer alguma correção nesse sentido, até para melhorar a publicidade nesse ponto. Acho que tudo o que pudermos fazer para incrementar, melhorar, ampliar a capilaridade, vamos procurar fazer. Porém, dentro do que estava proposto desde o início, as ações de publicidade foram feitas e estão sendo feitas. Mas como disse, de forma física nos órgãos públicos de modo geral e de forma digital amplamente. Nós demos preferência nesse formato, porém acho que a questão dos ônibus é uma situação importante, vamos discutir sobre isso entre hoje e amanhã, hoje dificilmente, mas amanhã eu discuto com a Ana sobre isso, se há possibilidade de tentarmos ampliar a possibilidade de colocar esse folhetinho dentro dos ônibus. **Sr. Miguel**: As unidades de saúde também são importantes, circula muita gente. **Sr. Leonardo**: Os cartazes. Vamos conversar sobre isso amanhã, havendo possibilidade e disponibilidade de recursos também, porque entra nisso também, pessoal. Quando falamos de publicidade temos uma questão de estar atrelado diretamente a recurso, investimento. É um processo bastante caro, não é uma eleição barata, até por conta do desenvolvimento de sistema e tudo mais, é um investimento alto que é feito por parte da Secretaria e tudo o que formos incrementando nesse sentido acaba gerando um impacto econômico que não necessariamente temos disponibilidade do recurso, então alguns dizem ainda que a Secretaria tem recurso, mas não tem recurso para essa finalidade, para essa dotação em específico, então temos que avaliar também sempre esse ponto de vista do dispêndio do recurso que temos ou não disponível no processo. Claro que estamos dando prioridade aos investimentos de tecnologia de publicidade, porém fica aqui a sugestão nesse Conselho e vamos avaliar o mais rapidamente possível se há possibilidade ou não de fazermos o incremento nesse sentido. Havendo, fazemos, se não houver, também vamos avisá-los que não houve por questões econômicas ou logísticas também. Alguma outra questão, alguma outra dúvida que se tenha sobre o processo, as eleições? Não havendo mais, encerro o item 3. **4 – Assuntos gerais.** E abro para assuntos gerais, caso queiram fazer colocações, sugestões, abrimos as inscrições e damos seguimento. **Sra. Ana Maria**: Fátima foi a primeira, Kiko segundo, não sei quem foi o terceiro. Terceiro foi o Nunes e quarto a Mariza? **Sra. Fátima**: Secretário, eu inclusive enviei um e-mail, tanto para o Secretário como para o Conselho Municipal de Habitação, solicitando informação de um projeto denominado Maria Lúcia, no Rio Pequeno, Parque Linear, Rua Laudelino de Abreu, nº 92 e pedindo informação sobre isso, esse ponto hoje, moram cerca de 150, 200 famílias, inclusive tem um representante aqui, que é o Sérgio. Depois eu gostaria que se ele pudesse falar. **Sr. Leonardo**: Fátima, mandou para qual e-mail? **Sra. Fátima**: Mandei para o e-mail do Secretário e para o e-mail do Conselho. **Sr. Leonardo**: Perfeito, Ana, encaminha para o meu. **Sra. Fátima**: Segundo ponto, pena que o Presidente da COHAB não está aqui, o Alex. **Sr. Leonardo:** Ele teve que se ausentar, pediu desculpas. **Sra. Fátima**: Quero deixar registrado, são duas coisas também. Nessa primeira informação, peço informação tanto para COHAB como para SEHAB. O segundo ponto seria a área do Jardim Celeste, inclusive até os meninos comentaram aqui no começo, é uma preocupação muito grave, as famílias que estão nas casas, são empreendimentos muito grandes, são 501 casas por mutirão, 480 apartamentos por construtor, mais 172 apartamentos. As famílias quitaram a casa, pegaram a quitação, foram no cartório para averbar, para passar a escritura no nome das famílias e se depararam com uma dívida da COHAB, que não é das famílias, no cartório. É uma questão de uma penhora anterior do antigo dono da área. Essa penhora o cartório queria passar o valor para as famílias. Como se tivesse que passar o terreno para a COHAB, mas não foi paga a penhora, nem pagaram as custas do cartório. As famílias estão sem poder averbar para fazer a escritura. Estamos falando aqui no Conselho para ficar a par disso e ver o que resolve lá no cartório. **Sr. Leonardo:** Vou reforçar junto ao Presidente. **Sra. Fátima**: É, COHAB e SEHAB sobre esse assunto para que consigamos resolver essa situação. Porque tem mais famílias que não pegaram. Descobrimos isso quando a família pegou e foi dar entrada. E temos várias famílias com as unidades quitadas. Outra coisa também pela COHAB, estamos com uma senhora de oitenta anos, está com ação de despejo no empreendimento da COHAB, ela mora há quarenta anos nesse empreendimento, ela me colocou para falar aqui que quer negociar para ver o que faz, acho que a COHAB tem que atender essas necessidades, não pode despejar uma pessoa assim. **Sr. Leonardo:** Quantos anos ela tem? **Sra. Fátima**: Oitenta e poucos anos, ela recebe um salário mínimo. **Sr. Leonardo:** Até pela idade já. **Sra. Fátima:** Isso. E a negociação da COHAB, ela mandou uma cartinha para mim com endereço, com tudo, para conversamos. Que seja negociada a dívida para pagar 500 e pouco por mês, mas é uma decrescente, é um plano decrescente. E ela coloca aqui, como ela vai pagar 500 e pouco por mês se ela recebe 1.200 por mês, que ela é aposentada. São as três situações que eu queria colocar aqui. **Sr. Leonardo**: Vou reforçar junto à COHAB para que possamos dar uma resposta. **Sra. Fátima:** Gostaria que meu colega aqui falasse um pouco sobre isso para todos os conselheiros. **Sr. Sérgio**: Boa tarde a todos, meu nome é Sérgio, é um prazer estar aqui. Na verdade, estou bastante ansioso, muito preocupado, eu moro, como a Fátima falou, na comunidade Maria Lúcia, que fica na Zona do Rio Pequeno, próximo da Cidade Universitária. Então estamos ameaçados de desapropriação, tem um projeto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, juntamente com a SEHAB, Secretaria de Habitação, que pretende fazer 330 apartamentos e Secretaria do Verde e Meio Ambiente um parque linear. Isso tudo removendo a comunidade, que tem aproximadamente 150 a 200 famílias. Inclusive antes de ontem estivemos aqui conversando com o Secretário da Habitação, Sr. João Farias. O que acontece, tivemos uma demanda, um pedido que gostaríamos de permanecer na comunidade, só sair da comunidade uma parte, somente quando os apartamentos estivessem prontos. Ele tinha dado um prazo para esse empreendimento de trinta meses. Ele se negou, falou que é impossível permanecermos nesse local, ele alega que vai atrasar as obras, atrasar todo o cronograma das obras. Eu citei um documentário produzido pela FAU, da Universidade do Estado de São Paulo, em que é possível fazer esse empreendimento com os moradores estando no local, porque os moradores não estão em área de risco, nunca teve enchente, nunca aconteceu nada. Esse documentário, que se chama Velha Nova Jaguaré, tem tudo detalhado como foi possível um empreendimento na então gestão Gilberto Kassab, foram feitos aproximadamente 600 apartamentos, um condomínio, um tremendo sucesso. Esse é o questionamento. Uma das coisas é que está acontecendo de muitas informações desencontradas, porque inclusive no dia estivemos com uma outra pessoa que vai ser atingida também, uma comunidade pequeninha, de seis famílias, o que acontece, mandaram uma notificação de despejo para ela, falando que ela tinha 15 dias para desocupar a área, ela levou para a reunião e na reunião falaram que não tinha nada a ver com ela, porque quem tinha mandado aquela notificação tinha sido a Secretaria do Verde do Meio Ambiente, para ela desconsiderar, deram o contato da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Então estamos muito preocupados, porque eu moro há 45 anos nessa comunidade, é uma comunidade que na época em que minha família se instalou era matagal, então nós construímos, foi de madeira, agora alvenaria, ou seja, estamos num local em que não haveria necessidade de ser desocupado porque onde estão fazendo as casas, as áreas têm três terrenos, as áreas já estão desocupadas desde a época do Kassab. Agora recentemente que eles estão indo com muita sede ao pote. Resumindo, acho que seria isso. Só mais uma outra questão, desculpa, eu questionei o Secretário João Farias, como pode um investimento desse ser feito, não houve uma participação da comunidade, de saber e falar - vocês serão removidos daqui alguns dias. Só ficamos sabendo disso agora recentemente, não foi um negócio assim que eu poderia dizer que houve uma publicidade, sabe? Que houve uma participação bem maciça da nossa comunidade, até então não houve. E perguntei das pessoas que de fato serão atingidas, além da comunidade. Estão dizendo que é um parque linear, não sei se vocês conhecem a região do Butantã, começa da Raposo Tavares, CEU Butantã e vai pegar toda a margem do córrego. Perguntei com relação aos outros moradores, que não moram na comunidade, as casas deles são muito mais próximas do rio, a maioria das pessoas que não moram na comunidade as casas pegam dez metros do rio. Então gostaríamos de saber porquê essas pessoas não serão atingidas. Na minha casa, por exemplo, até o Rio é em torno de 20, 30 metros. Da distância até as obras dá mais ou menos isso também. Acho que é basicamente isso. **Sr. Leonardo:** Primeiramente preciso ver o projeto, eu não consigo falar. Com vocês já tiveram até uma reunião, quando colocado na mesa, certamente o Secretário João Farias se posicionou baseado nas informações técnicas que nosso pessoal de projetos, o pessoal que está envolvido no processo, juntamente com a Secretaria do Verde e de Meio Ambiente, trouxe de informação para o Secretário. Eu imagino, aí é uma elucidação minha baseada no que conheço do processo, é que as casas que estão sendo citadas no processo são as que vão ser atingidas diretamente pela frente de obras. Então por isso que o Secretário colocou certamente que é impossível dar andamento à obra, dar continuidade a uma obra se vocês continuarem naquele local, estou falando que tenho que olhar o projeto porque provavelmente ali tem uma intervenção que se estende até essa área que está sendo colocada como área de impacto. **Sra. Fátima:** Secretário, posso colocar uma proposta? **Sr. Leonardo**: Sim. **Sra. Fátima**: Proponho se possível fazer uma reunião com a Secretaria na área com as famílias. Para avaliar e

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
terça-feira, 13 de dezembro de 2022 às 05:00:49

fazer essa discussão juntos, ver como está e tudo mais. Porque muitas vezes o técnico propõe alguma coisa ou fala alguma coisa que não é verdade, sabemos da falta de habitação que tem na cidade de São Paulo, sabemos as comunidades que saíram e estão em auxílio aluguel e estão há tempos já. Eu falo com propriedade dessa situação, para não acontecer o que aconteceu em São Mateus, que removemos as famílias que estavam em área de risco e hoje a área está ocupada e não fizeram nada. Ia ser um parque linear e não foi feito. Eu proponho que seja uma reunião com as famílias na comunidade, que façam avaliação mais concreta sobre isso. **Sr. Leonardo:** Vou fazer a proposta para o Secretário João Farias para que consigamos encaminhar reunião in loco, inclusive com presença da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, enfim, todos os envolvidos, para explicar para a população local o projeto, caso não tenha sido feito ainda, e tentar chegar a um denominador comum, ou pelo menos dizer o porquê que a intervenção tem que ser dessa forma e não tem outra maneira de ser feita. Porque entram questões técnicas que eu não tenho condições de falar agora, se há ou não outra maneira de ser feita essa intervenção no local, tem que avaliar tecnicamente e para isso tem que estar com projeto em mãos. **Sra. Fátima:** Sim, até para saber par aonde as famílias vão, porque não tem condições de sair a família de uma casa para tentar alugar um quarto e cozinha, porque sabemos muito bem que com 400 reais não conseguimos hoje fazer mais nada. **Sr. Leonardo:** Eu não posso falar agora sobre o projeto porque não tenho o mesmo em mãos, seria um tiro no escuro, não teria como falar sobre ele agora, porém acredito que como já foi feita essa reunião com o Secretário João Farias, ele orientou sempre dentro da possibilidade real do projeto. É óbvio que havendo possibilidade de fazermos uma reunião in loco, vou propor isso, nós vamos lá, conversamos com a comunidade, acho que é importante. Então fica feito o encaminhamento para fazermos uma reunião in loco lá, vou propor isso aos secretários, tanto o Secretário João Farias como a Secretaria do Verde e Meio Ambiente para poder atender essa solicitação. **Sr. Kiko:** Secretário, um pedido de atuação do Conselho junto a subprefeitura de Vila Prudente, Secretaria de Habitação e Secretaria de Subprefeituras. O que ocorre é o seguinte, dia 15 de agosto estivemos aqui com as famílias aí presentes da Vila da Paz, que é uma área na Vila Prudente ZEIS 2, uma área municipal, já está lá parada há mais de vinte anos, se não for mais. Nunca teve função social da propriedade, na pandemia essas famílias, por falta de emprego e pagar aluguel, ocuparam essa área, tem aproximadamente 70 famílias lá, nessa reunião que tivemos com o Secretário João Farias para tratar da outra parte, que é uma parte particular, que já foi sanado o processo e já está definida reintegração de posse para o dia 27/11, porém a Subprefeita da Vila Prudente não tem diálogo com essas famílias. Está se aproveitando dessa ação jurídica que vai ter na área particular para fazer a remoção dessas famílias também. Ficamos sabendo aqui na própria Secretaria no dia 15, através da equipe técnica, o João Faria estava presente, ficou de me passar se havia processo administrativo lá para essa área. Mandei esse requerimento aqui para o setor jurídico, que é a Manoela Camilo, mandei para Secretaria do Conselho Municipal e também mandei para o Gabinete SEHAB, até agora ninguém me deu resposta, só quem deu resposta foi a Camila, pedindo mais detalhes. O nosso advogado que estava nos representando pediu para o pessoal de mediação de conflitos, que também não sabe de nada. Mas esse pessoal já esteve lá. Então aqui enquanto conselheiro, queremos pedir para que possamos manter um diálogo, seja com a Secretaria ou com esse pessoal de mediação de conflito, para que façamos uma reunião na subprefeitura e ouçamos dessa subprefeita qual interesse ela tem para aquela área, porque se ela não tem projeto e for remover essas famílias para colocar em auxílio aluguel nesse momento, por que não esperar até que possamos esperar o Programa Pode Entrar e assim as famílias que estão no auxílio vão saindo do auxílio e vamos ver o tipo de atendimento que vamos dar para essas famílias. Mas não, o que está acontecendo lá é um terrorismo, a viatura da GCM toda hora passa dizendo que vai remover, vai remover e nós não vamos sair, vamos resistir. E na hora que o couro come, que a coisa fede, é aqui que eles vão bater. Então por que não nos passa? Está negando a informação se tem processo ou não, nós já mandamos até para o João Farias, não sei se é falta de tempo na correria que ele está, ele viu, visualizou, ficou de me passar, não passou ainda, então vou pedir à Ana para que encaminhe para o senhor também, para que você possa conversar com ele, passar para ele o que pode ser feito lá, porque acho que temos que dialogar, porque desde o início estamos dialogando, até para construir esse programa nós participamos. Eu acho que negar informação de atos administrativo fere os princípios da administração. E não deixa que eles entrem com a defesa. Porque se há alguma remoção por parte da prefeitura, para apresentar. Apresenta qual é o projeto. Agora, simplesmente tirar as famílias de lá e alegar o que? Não é área de risco. Então queremos manter o diálogo, seja aqui na Secretaria, seja na Subprefeitura, mas que possamos mediar esse conflito, porque vai ter conflito e depois quando a imprensa aparece é o Secretário que tem que responder, é aqui na SEHAB que bate. É isso, para evitarmos, já pedi para encaminharem para ele também e aguardar esse setor de mediação de conflito, porque eles também não têm informação nenhuma. Estiveram lá para fazer cadastro e não deram retorno nenhum para nós. Então se estão aqui, foi criado um departamento para mediar o conflito, vai esperar o conflito acontecer? Vamos tratar da melhor maneira possível, porque o pior já aconteceu, a área está abandonada e ocupada. Estão dando função social para ela. Então ou o senhor ou o secretário, se puderem mediar esse conflito, ou quiserem ir na área, vamos recebê-los na área para mostrar que não tem risco nenhum lá como está sendo falado. Obrigado. **Sr. Leonardo:** Peço à Ana que me encaminhe, por gentileza, que eu já reforço o pedido com os departamentos necessários. Se necessário for, também fazemos a interlocução com os demais órgãos, subprefeitura, enfim. Só frisando, a municipalidade de modo algum vai se negar a dar informação. Talvez tenha sido por uma questão de não ter a informação ainda, estar coletando dados, fazendo mapeamento dessas informações, mas certamente, havendo as informações, serão passadas, não há interesse da Secretaria ou de qualquer outro órgão de sonegar essas informações. Normalmente o pessoal de resolução de conflitos está aí justamente com essa função. Não vejo problema também nisso não. Lembrando, toda ocupação tem sua irregularidade legal. Não vou entrar no mérito, acho que não é esse o ponto. O ponto é que já que existe a ocupação, ir lá e abrir o diálogo, entender a situação, então a Secretaria está disposta a isso e vamos ajudá-los no que for possível nesse sentido. **Sra. Fátima**: Acho que é importante, até então o que estou sabendo com as famílias é que não foi notificado, não tem pedido de reintegração de posse, nem nada. É um absurdo, acho que é uma coisa absurda a subprefeitura ficar indo lá fazendo terror com as famílias, coagindo as famílias, aterrorizando as famílias. Se não tem pedido de reintegração de posse para eles, que já estão lá há anos no local, então tem que saber como encaminhar. Acho que é importante o senhor intervir nessa situação para que não aconteça isso. Coação é muito ruim, é horrível, nós estamos vivendo em tempos que não podemos deixar isso acontecer. Principalmente nós, Conselheiros que estamos aqui, fomos eleitos pela população e temos que tomar cuidado para que coisas piores não aconteçam. **Sr. Kiko:**Importante vocês que estão aqui visualizarem ou no território lá, porque uma coisa rara é ter uma área municipal em ZEIS 2. dá para implantar um projeto de habitação que possa atender eles que estão lá e gente que está nesse auxílio, é uma área enorme que dá para fazer, então é avaliar. Porque vai chegar à fase de contratação da parte da Prefeitura e aí vamos sanando os problemas. Se deixar do jeito que está, removê-los para deixar aberto, virão outros e ocuparão também. E não é isso, ficar enxugando gelo, jamais quisemos trazê-los para virem receber auxílio, se for para pôr em auxílio para atendimento posterior, bem, se não, deixe-os lá. Agora, não cabe a mim, cabe a vocês tomarem a decisão, mas queremos participar para mediarmos, não queremos conflitos. Porque da outra vez em que ela tentou tirar não deu certo. O Secretário João Farias estava com o Prefeito entregando o empreendimento na Zona Sul naquele dia, não me lembro o local, quando eu liguei para ele e ele mandou a ordem para que parasse porque ia dar ruim. Está entregando um empreendimento agora e está batendo no pessoal em outro local da cidade. Então queremos evitar isso. Entendo que João está na correria, mas agora estamos passando para você ver se pode nos ajudar também. **Sr. Leonardo**: Claro, com certeza, o que pudermos fazer para ajudar nessa interlocução será feito. Eu tenho certeza também que a subprefeitura da Vila Prudente vai colaborar como sempre no processo, eu não tenho dúvidas. **Sra. Mariza:** Só para corrigir minha fala, não é QR code, é um link, o link da Prefeitura, eu falei errado. **Sra. Mariza**: Porque vai constar na ata, vou ficar morrendo de vergonha depois, viu, Ana? Não coloca QR code, coloca link. Já mandei para a Ana.**Sra. Mariza:** São três coisas, primeira, amanhã haverá Audiência Pública do orçamento na Câmara Municipal, há possibilidade de vocês mandarem para nós, conselheiros, porque alguém de nós vai participar, o material para também fazermos um estudo, de repente até ajudar na proposta amanhã. **Sr. Leonardo:** Claro, vou pedir para o pessoal do gabinete encaminhar para a Ana e ela faz o encaminhamento para vocês. **Sra. Mariza:** Isso é importante, até para nós que vamos participar da audiência, para também ajudarmos a contribuir caso não estejamos contemplados no material. **Sr. Leonardo**: Tudo bem. **Sra. Mariza:** É verba da Habitação, acho importante nós também contribuirmos enquanto conselheiros. Outra coisa, é uma coisa da nossa região, está marcado que terça-feira que vem o Carolina Maria de Jesus, que é um mutirão do Programa Pode Entrar, queremos a confirmação se está previsto para terça-feira que vem a assinatura do termo. **Sr. Leonardo:** Até onde sei, está tudo certo, só preciso confirmar com a equipe da COHAB, com o Nilson para ver se está tudo ok, mas a priori estava caminhando normalmente essa situação, mas não tenho como te precisar agora, melhor confirmarmos. **Sra. Mariza:** E para finalizar minha fala, uma pergunta, mas é uma preocupação também. Uma coisa que o Kiko falou, a Fátima está aqui do meu lado e nós acompanhamos algumas demandas das famílias, que eram demandas antigas que eram para ser atendidas, mudou a questão do programa, acabou o Minha Casa Minha Vida Entidades, tem demanda nossa, famílias nossas, vou falar do Quilombo, mas temos famílias do Quaresma, outras demandas, que ultrapassam a renda do programa antigo. Elas estão soltas e nos perguntam, tivemos uma reunião agora na semana retrasada com Antônio Balbino para falar da nossa demanda do Quilombo dos Palmares, tem três famílias que estão com renda superior e nossa preocupação é, e trazemos isso para vocês, essa família e mais outras, como vai ser, como a COHAB vai atender essa demanda que ultrapassou a renda? Qual vai ser o atendimento para essa demanda, tem uma perspectiva para ela, vai ter carta de crédito, vai ter algum Programa Pode Entrar que pode atender essa demanda? Porque todos os dias, temos grupos, estamos acompanhando essa demanda, elas nos perguntam se vão ser atendidas. Gostaríamos de colocar essa pauta aqui para pensarmos, SEHAB, COHAB, e depois trazer na próxima reunião ou marcar uma reunião específica para vermos como vai ser o procedimento para atender essa demanda que ultrapassa o programa que era Minha Casa Minha Vida Entidades e como vai ser o atendimento dessa demanda. **Sr. Leonardo:** Só para constar, o Programa Pode Entrar a priori, a modalidade Entidades, visa atender a faixa 1, como era o Minha Casa Minha Vida, essa demanda que estava represada na cidade e assim tem feito. Existem outras modalidades que ainda estão em procedimento de liberação do edital, que é o de Aquisição, e também vai ter a modalidade de Carta de Crédito, então existem essas possibilidades, mas acho que é pertinente, como ainda estamos em um momento de ajuste desses modelos, desses editais, como não está formatado ainda no seu modelo final, até por conta dos ajustes que estão sendo necessários para que ele possa ser publicizado, aconselho que sentemos para uma reunião específica para trazer a demanda específica dessas pessoas para entender que tipo de enquadramento elas podem ter ou qual programa, qual modalidade elas melhor se enquadrariam. E caso elas não tenham, não se enquadrem, que também fique claro para essas famílias o porquê. Eu acredito que há possibilidade de atendimento, visto as modalidades que temos pela frente nos próximos editais, no projeto do Programa Pode Entrar, só que eu acho melhor trazermos caso a caso, entendermos qual é a realidade dessas famílias para que possamos dar uma resposta precisa caso a caso, acho que é mais pertinente, porque estão acima da renda, mas o quanto acima da renda? Temos que avaliar isso para entender de que forma essas famílias poderiam ser beneficiadas e enquadradas nos programas habitacionais. **Sra. Fátima:** Só estou colocando aqui que acho que é importante fazermos um levantamento de quantas famílias são de toda essa região que têm essa questão, todos os projetos, fazer um levantamento de quantas famílias são que estão nessa situação. Tem família que passou da renda de 1800, que ganha até dois mil, dois mil e pouco, mas tem família também que está passando da faixa do Pode Entrar, de 3600, está dando 3601, 3700, é essa a questão. Na época as famílias foram avaliadas, saíram de um local de área de risco, ela tinha renda compatível, mas com o tempo muda, o tempo passa e as famílias têm que melhorar, mas acaba ocorrendo isso, eles receberam um pouquinho mais de aumento e acabam perdendo, como muitos perderam de entrar no Minha Casa Minha Vida porque passou de 1800. Eu tive família que por causa de um real não entrou no Minha Casa Minha Vida. Eu acho uma crueldade a família que ganha 1801 reais não entrar. É uma crueldade demais com uma família de dois, três, quatro, cinco filhos. Acho que precisamos fazer um levantamento, saber quantas famílias estão na situação, inclusive proponho até que a Secretaria da DA Leste faça esse levantamento, porque eles têm esse levantamento, principalmente em São Mateus, que a maioria das famílias que estão em área de risco e não entraram no Minha Casa Minha Vida nesses empreendimentos estão com essa situação. Que as DAs Leste façam esse levantamento. O movimento tem, pode trazer, mas acho que a DA Leste todas têm. **Sr. Leonardo:** Está bom. Vamos fazer um levantamento sobre isso, acho importante. Tomei nota aqui da informação, acho que é bem pertinente mesmo avaliar essas famílias que talvez estejam hoje saindo um pouquinho da faixa de renda para poder fazer o atendimento deles e entender como vamos conseguir fazer isso da melhor maneira possível. Lembrando que o programa prevê futuramente o atendimento da Faixa 2 também, então eles entrariam certamente na faixa 2. **Sra. Fátima**: Mas aí que está, porque pode ser que ela está na faixa 1, ela não fica nem na 1 e nem da 2, fica no meio. E quando chega lá para fazer a avaliação do valor para pagar, ela fica num valor maior, que não consegue fazer esse pagamento. **Sr. Leonardo**: Entendi. O valor de parcela em si acaba comprometendo demais a renda, entendi. Isso é uma preocupação que a Secretaria tem, estamos trabalhando em cima disso, mas acho importante fazermos uma avaliação caso a caso para podermos falar com precisão a respeito de cada situação. **Sr. Miguel**: Secretário, só pegando um pedacinho disso aqui. O que acontece hoje nas famílias, alguém era sozinho, casou e somou a renda. Alguém recebeu uma promoção no trabalho. E aí essas famílias estão cinco ou seis anos conosco, não vamos deixar essas famílias no meio do caminho, correto? Então acho que é legal fazermos esse levantamento e isso cai em toda reunião aqui, cai essa pauta. E precisamos sentar e criar um norte para resolvermos isso, acho que é importante fazermos essa pesquisa e esse estudo, todos os projetos têm esse problema. Cadê o Kiko, foi embora? Precisava que ele estivesse aqui. Eu me inscrevi para falar de duas coisas. A área do Jardim Julieta, na Zona Norte, subprefeitura da Vila Maria. Temos uma comunidade chamada Favela do Violão, que hoje está selada, que vai para a área 7 da APP e fica uma coisa muito obscura para nós, temos dialogado com as assistentes sociais, não que elas deixem de informar, mas temos aqui um problema, temos visto nas áreas das PPP que as prestações são bastante relevantes. E que às vezes a família entra e depois não consegue pagar e fica no meio do caminho, nem em cima, nem embaixo, fica caído. Queríamos fazer um diálogo aqui na questão da área 7, nós sabemos que está mapeado, as famílias seladas, para fazermos uma interlocução juntos. Sei que as meninas de SEHAB e assistência social, CTS que agora chama, estão fazendo esse diálogo lá, mas queríamos intermediar. É assim, quando você tira a pessoa de onde ela está para ir para uma unidade, lógico que é a felicidade da família. Para que depois não bata com a realidade diferente do que está na condição de fazer. Chega lá vai ter um condomínio e mais a prestação e o sonho se torna um pesadelo, eu queria fazer esse diálogo se possível, fazermos diálogo entre as famílias. Também queria colocar uma coisa aqui que é uma questão de honra para essa gestão que está terminando, falamos tanto disso, tinha recurso para isso, tinha planejamento para isso e tinha nome para esse ato e esquecemos um pouco, tinha não, tem nome, né, Ana? Obrigado. Era uma bandeira do João, eu quero que você leve esse recado para ele porque ele não está aqui, que é a Conferência Municipal. Eu queria fazer um apelo aqui, eu sei que esse ano é impossível fazer, mas que em nome dessa gestão que está terminando, em nome do nosso querido Dudu, que vocês devem ter ouvido falar, que era o nome, foi aprovada aqui que a Conferência seria Eduardo Debrassi, era o empenho do João fazer. Que ela seja retomada a pauta, que a façamos mesmo não estando mais na gestão, muitos companheiros que não podem mais concorrer a essa gestão, que ela seja feita no início do ano que vem, por favor, atendam a esse chamado que é aqui de todos os conselheiros e é um empenho do João fazer isso também. **Sr. Leonardo**: Com certeza vai ser feito. **Sr. Miguel**: Eu queria que fosse colocado isso na pauta, retomar essa pauta, Ana, que era um sonho nosso e a pandemia... não foi a Secretaria que não quis fazer, foi a pandemia que atravessou na frente e não deixou isso acontecer, mas era uma bandeira, é uma bandeira dessa gestão que está terminando, que pedimos aqui o empenho para ser feito. **Sr. Leonardo**: Não era, é uma bandeira ainda. **Sr. Miguel:**É uma bandeira. É um sonho, por mais que muitos dos nossos companheiros aqui não possam mais concorrer à eleição, mas era e é uma bandeira que trouxemos o tempo todo, era o empenho e acredito que ainda seja o empenho do João fazer isso. **Sr. Leonardo:**É sim, é um empenho nosso da gestão de fazer a conferência. Mas podem ter certeza que vamos trabalhar para que no ano que vem consigamos executar esse projeto e honrar a memória do Dudu. **Sr. Nunes**: Olha, acho que é a última, rapidamente, sobre o Pode Entrar, eu queria saber uma perspectiva mais geral da situação do programa até o momento, apesar de ter tido aquele ato na Vila Silvia há um mês mais ou menos, ainda não tivemos nenhuma assinatura pelo que sabemos. **Sr. Leonardo**: As assinaturas estão saindo agora, nos próximos dias. As entidades estão em fase de homologação de projetos. **Sr. Nunes:**Quantas assinaturas vão fazer? Tem ideia? **Sr. Leonardo**: Se não me falha a memória, preciso confirmar isso, são três assinaturas agora já para início. **Sr. Nunes:** Agora semana que vem? **Sr. Leonardo:** Semana que vem. Já estava previsto. Preciso confirmar com a COHAB, desculpa não ter essa informação aqui de cabeça, mas as coisas estão andando. O que acontece, demanda toda a atualização documental, a entrega dos documentos, certidões, enfim. Depende muito mais das entidades do que propriamente da COHAB ou SEHAB. As equipes estão trabalhando empenhadas para aprovar, para fazer as avaliações o mais rápido possível, mas muitos ainda estão com dificuldade de entregar algumas documentações, o relatório técnico social tem sido uma dificuldade para algumas dessas entidades, nós entendemos porque muitos estão aguardando há muito tempo, desde o edital de 2015/16, estamos falando de 6, 7 anos, então o pessoal teve que retomar o processo todo, então não é fácil, nós entendemos, os prazos estão aí de forma bastante dilatadas, para que eles possam entregar toda a documentação, tudo direitinho. Estamos ansiosos também para que as ordens de início sejam dadas, estamos aguardando, eu acho que o Pode Entrar Entidades avançou muito e tem muito a avançar nos próximos dias também, agora dependendo muito mais da entrega do documental e das próprias entidades, mas dentro na nossa perspectiva é que consigamos nos próximos dias, principalmente agora no mês de novembro, dar ordem de início e fazer as assinaturas de várias delas, De várias dessas entidades que homologaram seus projetos, **Sr. Nunes:**Saindo as assinaturas já imediatamente faz o primeiro aporte de recursos também. **Sr. Leonardo:**Isso, entra toda a parte já de aporte de recurso, porque está aprovado o projeto, já está aprovada a documentação, aí já entra o primeiro aporte de recursos para início das obras, essa é a perspectiva. Óbvio que como já estamos no final do ano, novembro, praticamente, então fica um pouco mais moroso, a maioria dos processos vão ser assinados agora, frente de obra mesmo acreditamos que haverá mesmo a partir de 2023. É uma perspectiva realista da situação. Em relação às outras modalidades, como eu disse no momento anterior, estamos em um diálogo com o tribunal de contas do município, tivemos inclusive recentemente uma mesa técnica para ajustes conjuntamente com a equipe do tribunal, eles estão muito solícitos, muito dispostos a nos ajudar, o pessoal da Secretaria de Planejamento também tem nos ajudado, de gestão, o pessoal tem trabalhado também fortemente para que as coisas andem. Eu acredito que não tem como precisar uma data, porque depende um órgão externo, mas acredito que nos próximos dias, e acredito que não sejam tantos, nós já tenhamos uma devolutiva da equipe do Tribunal de Contas a respeito da liberação ou algum ajuste ainda necessário dos Editais 1 e 2 do Aquisições que estão em análise do Tribunal. É esse o panorama hoje que temos do Pode Entrar, Entidades caminhando bem, ainda um pouco moroso em alguns pontos burocráticos, porque dependem das próprias entidades. E no caso do Aquisições, Edital 1 e 2, o Edital 1 é para compra de 5 mil unidades prontas e o Edital 2 para aquisição de 40 mil unidades, esses ainda em discussão com o tribunal de contas do município e depende da avalição deles, então o prazo está um pouco em suspenso, eu não tenho como precisar uma data, mas está em andamento e estamos bem adiantados, posso garantir isso. **Sra. Fátima:**Nós temos um projeto, pena que o Alexandre não está aqui, como acabei de falar, que está na mesma condição, estamos com tudo aprovado, porém não conseguimos, pegamos a certidão no próprio cartório em que as famílias não estavam conseguindo entrar o nosso terreno está envolvido também nessa área, que a COHAB, a prefeitura, não pagou os custos e estamos vinculados. Porém a entidade foi ver no cartório quanto seria o valor do nosso terreno para que liberassem para que as famílias dessem entrada e resolvesse essa situação. Na semana passada nós pagamos R$ 542,00 para que liberem essa certidão, parece que vai sair agora no dia 1°, foi absurdo ficar dois meses aqui e a COHAB não tomar uma decisão sobre isso, acabamos pegando a documentação, fomos no cartório, pagamos esses 542 reais para que consigamos dar entrada, também queremos assinar. Estava dependendo disso, estava tudo aprovado lá dentro do sistema, porém dependendo dessa certidão do terreno que não dependia de nós e sim da Prefeitura, que até entrar no PGM para dar entrada, para ver o que é, PGM falava que não ia pagar, quanto tempo essas famílias iam estar esperando por causa de 542 reais? Eu quero deixar registrado aqui que a entidade pagou e nós queremos agilidade nesse atendimento. **Sr. Leonardo**: Está bom, agradeço a contribuição, acho importante deixar registrado, vamos conversar com o pessoal da COHAB para podermos dialogar a respeito dessas matrículas vinculadas a essa área para entendermos em que pé está isso dentro do processo. **Sr. Nunes**:Secretário, só para finalizar minha fala, um outro assunto, nós estamos voltando agora para reuniões presenciais e antes da pandemia o CMH tinha um espaço aqui no prédio, tinha a salinha que usávamos, agora tem de volta? Mas fazíamos as reuniões numa sala melhor também. Só para terminar a pergunta, vamos voltar a ter aquele espaço de reunião com aquela bancada que ficávamos? Porque ficar aqui em forma de auditório é muito ruim, prejudica muito. Não conseguimos ver, não tem a plaquinha com o nome das pessoas, é importante isso para a melhor qualidade da reunião do Conselho. **Sra. Ana Maria**: A questão de um mês voltei a trazer esse assunto para o Gilberto, que é o Diretor Administrativo. Conversei com o Gilberto, coloquei – Deram um espaço de novo para nós, só que no espaço não tem mesa, não tem cadeira, não tem nada, porque tudo o que era nosso quem pegou foi a Secretaria Executiva dos Mananciais e não nos devolveu. Então Gilberto conseguiu para nós uma mesa, nada é naquele estilo, mas pelo menos nós temos um lugar novo, que é no nono andar, na sala 91A, do ladinho da minha sala, tem cadeira, tem mesa, e tem computador, que vocês podem usar para se reunir como fazíamos anteriormente, ter um espaço para vocês fazerem suas reuniões também. **Sr. Kiko:** Mas e o espaço para as reuniões do pleno? **Sra. Ana Maria**: Não, isso não temos. **Sra. Fátima**: É muito ruim ficarmos de costas para os companheiros. **Sra. Ana Maria:** Acontece, Leonardo, que esse espaço a que estão se referindo, que é o 18° andar, é da Secretaria Municipal de Urbanismo, por conta da pandemia tiveram que utilizar aquele espaço para fazer entregas de mantimentos, uma porção de coisas para atender a população. Transformaram lá num local de treinamento, ele é um local que deve ter 30 computadores, e fazem reuniões virtuais lá dentro. Espaço como aquele não temos aqui no prédio, os únicos espaços que temos é esse aqui de SP Urbanismo, que também nos emprestam, e o outro auditório no 10° andar, que é o das subprefeituras. **Sr. Leonardo**: Para deixar claro, o prédio aqui, as salas são alugadas, nem todas são áreas próprias, algumas são até da própria Secretaria, que ela comprou a sala, o conjunto, o andar. Porém estamos planejando na SEHAB uma reestruturação e uma reforma dos andares, inclusive a modificação de alguns setores para outras áreas. Dentro disso, temos o planejamento de criar um auditório, criar algumas outras salas de reunião que seriam salas de apoio justamente para essa finalidade, porque hoje, devido ao aumento do quadro de funcionários que tivemos, até pelo concurso, então tivemos muitos engenheiros, arquitetos, assistentes sociais que são entrantes, que são novos. Isso ocupou os espaços em que havia disponibilidade, então hoje não tem mais espaço vago, vazio, disponível na Secretaria. O que teve é a oportunidade de colocar uma estrutura para que os conselheiros possam se reunir, utilizar computador lá ao lado da sala da Ana, na própria Secretaria do CMH, o que ficou interessante, porque não tinha mais esse espaço e faltava mesmo, eu mesmo pedi para que pusessem força para resolver essa situação e foi resolvida. Agora, para que tenhamos auditório, hoje dependemos ainda, digo ainda porque é questão momentânea mesmo, da SP Urbanismo nos ceder esse espaço ou de a Secretaria de Subprefeituras nos liberarem o auditório deles no 10° andar. Infelizmente é uma realidade que estamos enfrentando no momento, porém estamos trabalhando juntamente com nossa diretoria de administração e finanças, para que readequemos os espaços e consigamos reabrir essas áreas de reunião, até de auditório mesmo, dentro do projeto novo temos até uma área de auditório que é bem importante que a SEHAB tenha, então estamos trabalhando para isso, o projeto já está em andamento, então agora é uma questão de aprovação, de execução e de recursos, até porque para reformarmos o andar temos que realocar essa equipe, que vai ter que sair dali e ir para outro lugar, então é uma logística complexa, não tem como fazermos tudo de uma vez, então está faseado, está em fase de elaboração do projeto pelo nosso setor de projetos, então estamos aguardando para ter essas infraestruturas disponíveis, mas estamos trabalhando para isso, para melhorar a nossa infra, até para recebê-los melhor. Não só a população, conselheiros, enfim, até os próprios funcionários, ter infraestrutura cada vez melhor para atender a todos. **Sr. Manoel**: Secretário, o meu é mais uma pergunta. Estamos com projeto, só que estavam ocupadas algumas garagens e não conseguimos aprovar o projeto. Foram desocupadas as garagens e retomamos, demos entrada e ainda não aprovaram. Quero saber se vamos entrar nessa leva de agora, está tudo certinho, só falta a aprovação. **Sr. Leonardo**: Aí depende da equipe de SMUL avaliar, da equipe de COHAB, de toda a equipe técnica, da mesa técnica que está avaliando os processos, dizer se cumpre todos os requisitos ou não, é uma situação de marcar uma reunião com o pessoal para entendermos qual a pendência e se ela vai ser sanada ou não diante do que o senhor está apresentando, documentação e de disponibilidade de área. Entendeu? Não sei te dizer agora, não tenho aqui em mãos a avaliação dos processos que estão em andamento, porém acho importante o senhor trazer, marcamos uma reunião, sentamos com equipe técnica para poder verificar o que está pendente, o que precisa ser apresentado de documentação, acho que é importante fazer isso o mais rápido possível para vocês poderem ter um norte nesse sentido e entenderem aquilo que está sendo um impedimento para a aprovação do projeto. Agora de bate-pronto não tenho como dizer, até porque não tenho o processo em mente, porém é importante marcar uma reunião, é só pedir e Ana faz essa ponte conosco, não tem problema nenhum, eu marco uma reunião com a equipe técnica, passo o número do processo, tudo certinho, nome da entidade, tudo certinho, que eles vão ter isso fácil lá, eu peço para fazer um levantamento, atendemos o senhor pessoalmente e a equipe vai passar exatamente aquilo que precisa ser sanado, eu acho que esse é o melhor caminho. Para o senhor não ficar no escuro e com dúvidas. Alguém mais tem alguma pergunta para podermos encerrar? Agradeço mais uma vez a presença de todos. Agradeço a participação, sempre muito colaborativa. Mais uma vez coloco à disposição a Secretaria, o nosso Gabinete, O Secretário João Farias pediu desculpas por não poder estar presente hoje, mas estamos aqui o representando, representando a nossa Secretaria, para sempre atendê-los da melhor maneira possível. Espero que tenhamos uma excelente eleição do CMH no dia 6, faço votos que tudo corra muito bem, e que todos tenham sucesso no seu pleito. **Nada mais havendo a tratar Senhor Leonardo Gazillo Silva encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 1290

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

ENDEREÇO: RUA CASTRO ALVES, 60

Processos da unidade HSPM/DAI

MICROSUTURE IND. COM. IMP. EXP. E REPRES. DE MAT. CIR. LTDA - ME.

Notificação de Penalidade - Nota Fiscal 11180

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de **17% sobre o valor de R$ 153,12 (cento e cinquenta e três reais e doze centavos) correspondente a R$ 26,03 (vinte e seis reais e três centavos)** em virtude do atraso na entrega do item constante na **Nota Fiscal n° 11180, prevista no subitem 20.3.5 do item 20.3 da CLÁUSULA 20 - PENALIDADES do Pregão Eletrônico n° 104/2022, Nota**

Prodesp
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br
terça-feira, 13 de dezembro de 2022 às 05:00:49